

MEMÓRIA HISTÓRICA DE SÃO SEBASTIÃO (*).

O MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO.

PARTE GEOGRÁFICA.

Divisas.

O dr. Nabuco de Araújo, em seu relatório de 1852, dizia que o município de São Sebastião tinha divisas incontestáveis,

“dividindo-se para o sul com o município de Santos, pelo rio Sai, em distância de 10 léguas; para o norte pelo rio Juqueriquerê, em distância de 2 e meia léguas, com Caraguatatuba”.

A leste e ao sul pelo Oceano Atlântico, que, pelo canal do Toque-Toque, cêrca de 6,6 quilômetros, o separa da ilha de São Sebastião, que por sua vez forma o antigo município de Vila Bela, depois chamado “Formosa” e atualmente “Ilhabela”.

A lei provincial n. 18 de 7 de abril de 1849 estabeleceu suas divisas com Caraguatatuba, sendo que, com o município de Paraitinga, corriam pelo alto da Serra do Mar.

A lei n. 44 de 5 de abril de 1865 alterou-as em relação ao município de Santos, dizendo:

“começarão nas vertentes do rio Vermelho, seguindo por êle até sua foz no rio Branco e por êste até a barra

(*) — O autor do presente estudo é funcionário aposentado no cargo de chefe da seção histórica de Departamento do Arquivo do Estado, onde durante 30 anos se viu com dedicação e capacidade. Julgamos oportuno esclarecer que o Dr. Antônio Paulino de Almeida foi uma das grandes amizades do saudoso Dr. Washington Luís Pereira de Souza, que o conheceu como promotor em Cananéia em 1925. Entusiasmado com os conhecimentos históricos do jovem cananeense, convidou-o para continuar suas pesquisas sobre Cananéia, providenciando o necessário comissionamento na repartição do Arquivo do Estado. Decorridos dois anos, tanto produziu e realizou, que o Dr. Washington Luís, então já Presidente da República, empenhou-se na sua nomeação para o cargo de arquivista. Desde então, o Dr. Antônio Paulino de Almeida dedicou-se inteiramente à pesquisa histórica, publicando vários artigos sobre a sua especialidade. Mas as suas obras principais permanecem inéditas e a *Revista de História*, para premiar tão grande esforço e para que não se perca tão precioso acervo, resolveu publicar agora este trabalho sobre São Sebastião e, em seguida dar a estampa a sua obra máxima: a *História de Cananéia (Nota da Redação)*.

do Una, ficando compreendida no município de São Sebastião a ilha do Monte de Trigo”.

A de n. 21, de 21 de março de 1870, revogando a anterior, declarou que o rio Saí ficaria, como anteriormente, servindo de divisa entre os municípios de Santos de São Sebastião, compreendidos no de Santos não só a ilha do Monte de Trigo, como também a das Couves.

Ainda a lei n. 1204 de 23 de agosto de 1910 revogou a de n. 21, restabelecendo as confrontações dadas pela lei n. 44 de 5 de abril de 1860.

Entretanto, nos termos do decreto n. 9775 de 30 de novembro de 1938, que fixou o novo quadro de divisão territorial do Estado, ficaram assim estabelecidas as divisas do município:

Com o município de Santos: Começam na barra do córrego Parateus, no Oceano Atlântico, vão, em reta, até o alto do morro do Cedro e continuam pelo espigão que deixa, à esquerda, as águas do ribeirão Vermelho e rio Branco, e, à direita as dos rios Una e Cubatão, até a Cordilheira do Mar;

Com o município de Salesópolis: Começam na Cordilheira do Mar, onde ela cruza com o espigão que deixa à esquerda, as águas dos rios Una e Cubatão, e, à direita, as do ribeirão Vermelho e rio Branco; seguem pela crista da Serra do Mar até encontrar a Serra do Juqueriquerê “*divortium aquarium*” entre as águas do rio do mesmo nome e os rios que vertem para o litoral.

Com o município de Caraguatatuba: Começam na Cordilheira do Mar, onde ela entronca com a Serra do Juqueriquerê, seguem pela crista desta última até alcançar a cabreira do ribeirão Caçadinha ou São Rafael, descem por êste até a sua barra no rio Claro, e por êste descem até o rio Juqueriquerê e por êste ainda ao Oceano Atlântico.

Superfície.

A área, segundo uns, é de 552 quilômetros quadrados, enquanto que para outros, é de 645,5.

População.

Segundo os cálculos estatísticos para o ano de 1929 era de 6.677 habitantes, correspondendo a 12,09 mais ou menos, por quilômetro quadrado; entretanto, o recenseamento feito em 1938 acusou uma população de 7.340 habitantes.

Aspecto geral.

O seu território é geralmente montanhoso e coberto de ricas matas, porém, à beira-mar encontram-se algumas planícies, vales

e pequenos montes, contrafortes da Serra do Mar. Suas terras são produtivas, prestando-se para café, fumo, cana de açúcar e frutas, especialmente laranja e banana, hoje cultivada em grande escala.

Clima.

O clima é saudável, apesar de quente no verão, sendo amenizado pelas brisas do mar, principalmente pelos ventos de SE e NE, que entram pelo canal.

Posição.

A cidade de São Sebastião se encontra na latitude de 23° e 48' S, e 45° e 24' de longitude O do Rio de Janeiro, a ESEE da Capital, da qual fica distante 230 quilômetros; 108 de Santos; 82 de Paraíba; 66 de São José do Paraitinga; 24 de Caraguatatuba; 105 de Ubatuba e 9 de Ilhabela. Possui 221 prédios.

Divisão administrativa.

Em sua origem o município compreendia não só uma grande parte do território do Continente, como também a Ilha do mesmo nome.

Com a elevação da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda e Bom Sucesso, à categoria de vila, dêle se desmembrou o território da ilha, para formar o município hoje de Ilhabela, por força da Portaria de 3 de março de 1805.

Em 1847, pela lei n. 30, de 20 de abril dêsse ano, era ainda desmembrado o município de Caraguatatuba.

Possui dois distritos de paz: São Sebastião e Maresias.

Divisão judiciária.

O seu território pertencia ao município de Santos, do qual foi desmembrado a 16 de março de 1636, quando foi a povoação elevada à vila por Pedro da Mota Leite, como loco-tenente e procurador do donatário, o conde de Monsanto (1), ficando sob a jurisdição da Ouvidoria de São Paulo, até que, por Carta Régia de 29 de outubro de 1700, aprovando a repartição das vilas da Capitania entre as Ouvidorias de São Paulo e do Rio de Janeiro, passou a pertencer a esta última, sob cuja jurisdição continuou até o ano de 1731, quando foi publicada a seguinte Provisão sujeitando-a novamente a São Paulo:

(1). — Foi primeiro Juiz Ordinário da Vila, Diogo Castanho Tôres e foram primeiros vereadores: Francisco Pinheiro, Nuno Cavalheiro e Francisco de Escobar Ortiz, como consta do respectivo auto de eleição.

“Dom João por graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves daquem, e dalem mar em Africa Snôr de Guinê, etc.

Faço saber a vos Antonio da Silva Caldeira Pimentel Governador da Capitania de S. Paulo, que vendo a conta q. me destes sobre a dificuldade do recurso, que tinham p.a o Ouvidor do Rio de Janr.o os moradores da villa, e ilha de São Sebastião, e os da Villa de Ubatuba, ao qual estavam sogeitas no Cível, sendo no militar da jurisdição desse governo; e attendendo eu ás mais razões q. destes, e ao q. me informou o Governador do Rio de Janr.o, ouvindo ao Ouvidor:

Fui servido por resolução de vinte de Fevr.o deste prezente anno em Cons.ta do meu Concelho Ultr.o ordenar q. a villa, e Ilha de São Sebastião, e a villa de Ubatuba com os seus destrictos sejam daqui em diante, sogeitas á jurisdição do Ouvidor dessa Capitania, assim como athe agora erão sogeitas á jurisdição do Ouvidor do Rio de Janr.o, da qual os izento: de que vos avizo para q. assim o tenhaes entendido, e o façais executar, e cumprir pelo que vos toca.

El-Rey nosso Snr. o mandou por Gonçalo Manoel Galvão de Moura Lacerda, e o Dr. Alex. Metello de Souza Menezes conselheiros do Conc.o; e se passou por duas vias, Antonio de Souza Per.a a fez em Lix.a occ. em vinte, e tres de Fevr.o de mil sette centos trinta e hu. — O Secretario M.el Caetano Lopes de Lavre a Gonçalo M.el Galvão de Lacerda.

Como cabeça do têrmo de São Sebastião, Vila Bela e Ubatuba, ficou pertencendo à 6a. Comarca (Santos), pelo ato do presidente da Província, em Concelho, de 23 de fevereiro de 1833; como têrmo de São Sebastião e Vila Bela, continuou pertencendo à 6a. Comarca (Santos), pelo Decreto 162 de 10 de maio de 1842; têrmo de São Sebastião, 6a. Comarca, Decreto n. 402, de 5 de fevereiro de 1845; têrmo de São Sebastião reunido ao de Vila Bela, 6a. Comarca, Decreto 768 de 22 de março de 1851; idem da Comarca de Jacareí, pela lei n. 11 de 17 de julho de 1852; idem, da Comarca de Santos, pela lei n. 16, de 30 de março de 1858; como têrmo reunido com Vila Bela, pertenceu à Comarca de Ubatuba, pela lei n. 46 de 6 de abril de 1872; foi têrmo da Comarca de São Sebastião pela lei n. 30 de 10 de abril de 1874.

Resumo.

Ficou pertencendo a:

Comarca do Rio de Janeiro	1700
Comarca de São Paulo	1731
Comarca de Santos	1833
Comarca de Jacareí	1852
Comarca de Santos	1858
Comarca de Ubatuba	1872
Comarca de São Sebastião	1874

Esta comarca foi criada com os termos de São Sebastião e Vila Bela da Princesa e Município de Caraguatatuba e instalada a 17 de julho de 1874.

O Alvará de 9 de outubro de 1817 criou em São Sebastião um lugar de Juiz de Fora, do cível, crime e órfãos, anexando à sua jurisdição as vilas de Ubatuba e Vila Bela da Princesa.

A vila de São Sebastião foi elevada à categoria de cidade pela lei n. 20 de 8 de abril de 1875.

A Lei n. 80 de 25 de agosto de 1892, desanexou o município de Vila Bela da Princesa (2).

Serviu como primeiro magistrado o dr. Martinho Avelino da Silva Prado, que, removido por Decreto de 16 de maio de 1874 da comarca do Prata, na Província de Minas Gerais, foi para ela nomeado a 16 de maio desse mesmo ano.

Para o cargo de Promotor Público, por Decreto de 23 de maio, também desse ano, foi nomeado o dr. Francisco de Arruda Falcão (3).

Divisão eclesiástica.

O município constitui uma paróquia sob a invocação de São Sebastião.

Pertence à Diocese de Santos.

No ano de 1929 contavam-se 2 templos católicos e 2 protestantes.

Existia apenas 1 sacerdote, realizando-se nesse ano 28 casamentos e 210 batizados.

Segue-se um pequeno quadro estatístico relativo ao movimento religioso no ano de 1932.

Casamentos	17
Batizados	155
Comunhões	2.934
Primeiras comunhões	2
Viáticos	6
Extrema Unção	11
Pregações	47
Aulas de catecismo:	
Alunos sexo masculino	853
Alunos sexo feminino	804
Irmandades:	
Sagrado Coração de Jesus (homens) ..	28
Sagrado Coração de Jesus (mulheres) .	120

(2). — As anotações acima extraimô-las do *Ensaio de um quadro demonstrativo do desmembramento das comarcas do Estado de São Paulo*, criterioso trabalho de autoria do dr. Djalma Forjaz, antigo diretor do Arquivo do Estado, publicado em 1931.

(3). — Arquivo do Estado, Livro 1.469 da Magistratura da Província.

Filhas de Maria	60
S. S. Sacramento	35
C. de São Vicente	50

Data da criação canônica da Paróquia: ano de 1700.
Padroeiro: São Sebastião.

Demografia.

Os últimos dados estatísticos conhecidos são os seguintes:

1929

<i>Nascimentos</i> {	nascidos vivos	153
	nascidos mortos	7
Casamentos	43	
Óbitos	65	
Crescimento vegetativo	88	

1931

Casamentos	20
Nascimentos	48
Óbitos	118

1938

População	7.340
Nascimentos	97
Óbitos	66

Patrimônio.

De acôrdo com os dados que conseguimos obter, referentes ao ano de 1932, foi o seguinte:

Valor do patrimônio municipal	54:000\$000
renda	19:000\$000
Arrecadação municipal	
despêsa	19:000\$000
renda	102:000\$000
Arrecadação estadual	
despêsa	180:000\$000

1938

Receita municipal	39:802\$000
despêsa	39:633\$000
Número de prédios do município	307

Agricultura.

As terras do município são excelentes e produzem cana de açúcar, café, fumo, algodão e cereais.

O fumo, que por longos anos foi aí cultivado em grande escala, tornou-se notável pela sua especialidade.

Nos últimos anos iniciou-se a cultura da bananeira, que vem sendo feita em grande escala e com resultados surpreendentes.

A maior fonte de rendas do município, entretanto, consistirá em futuro muito próximo na cultura de árvores frutíferas, especialmente a laranjeira, pelas vantagens climatéricas da região.

A superfície da lavoura é de 1.843 alqueires, sendo 30 em pastos e campos.

Os principais sítios são 7, havendo a pequena lavoura.

A produção do arroz é de 7.200 hectolitros; feijão 3.000; milho, 15.000.

Exportação de bananas em grande escala nos últimos anos.

Apesar da devastação sistemática das matas do litoral, — coisa aliás lamentável, — o município de São Sebastião é dos poucos que ainda hoje podem orgulhar-se de possuir madeiras de lei em quantidade abundante, sendo um dos que, nos tempos coloniais, mais concorreram com excelentes madeiras para a Marinha inglesa, em virtude do tratado de 1817 entre a Inglaterra e o Brasil.

Comércio.

O comércio, muito reduzido nos últimos decênios, melhorou sensivelmente depois de iniciada a cultura de frutas e da facilidade de meios de transportes marítimos, tendendo a aumentar e desenvolver-se ainda mais, quando concluída a estrada de rodagem para o Planalto.

Indústria.

Existem algumas fábricas de aguardente, pequenas olarias para telhas e tijolos e uma fábrica de artigos pirotécnicos.

Muito importante, entretanto, é a indústria da pesca, cujos produtos são enviados para os mercados de Santos, São Paulo e Rio de Janeiro.

Vias de comunicação.

Como tôdas as cidades do litoral, São Sebastião até há pouco tempo não possuía nenhuma estrada de rodagem digna desse nome, mas sim caminhos, que, partindo da cidade se dirigiam para Caraguatatuba, para o Planalto e para os bairros próximos.

Nos tempos coloniais existiam estradas mais ou menos boas, ligando a vila a outras localidades. Mais tarde, já com o governo provincial, contavam-se novas vias terrestres, como a que ligava São Sebastião a São José do Paraitinga, construção essa autorizada pela lei n. 4 de 23 de fevereiro de 1841; a estrada *Dória*,

aberta em 1832, pelo padre Manuel de Faria Dória e trancada em 1842 por ordem do govêrno.

As obras desta estrada foram recomeçadas novamente em 1887.

A estrada de Caraguatatuba, aberta em 1805, que partindo de Paraibuna descia no canto da praia, correndo daí pela chamada *estrada da marinha*, até São Sebastião, atravessava um trajeto de 4 léguas ou 22,2 quilômetros até a antiga vila.

“A primeira estrada foi aberta pelo capitão-mor Manuel Lopes da Ressurreição e outros, e passava então por Pirassonunga, sendo depois encabeçada por Caraguatatuba e despezada a do Pirassonunga”.

Existe um caminho que partindo de São Sebastião vai à Bertioga.

Últimamente, porém, já se vem tratando de resolver definitivamente o importante problema rodoviário litorâneo, único capaz de provocar o ressurgimento dessa maravilhosa região do Estado.

Nesse sentido e como ponto de partida de uma nova éra, foi promulgada a lei n. 2.389 de 13 de dezembro de 1929, devido aos esforços do dr. Manuel Hipólito do Rêgo, que no desempenho do seu mandato, como representante da zona, teve oportunidade de pronunciar na sessão de 7 de agosto daquele ano, perante a Assembléia Legislativa do Estado, interessante discurso que, por seu valor histórico, transcrevemos em apêndice. (Documento n. 1).

A seguir foi apresentado à mesa o *Projeto n. 1 de 1929*.

O Congresso Legislativo do Estado de São Paulo de creta:

Art. 1.º — Fica o poder executivo autorizado a construir, no porto de S. Sebastião, um molhe para atracação de vapores, bem como uma estrada de rodagem para automoveis de Santos á Ubatuba, pelo littoral, com dois ramaes para o interior: — um, do ponto mais conveniente, no municipio de S. Sebastião, ou no de Caraguatatuba até á cidade de Parahybuna; outro, de Ubatuba a Taubaté.

Art. 2.º — Para execução de taes serviços, o poder executivo abrirá os creditos necessarios.

Sala das sessões da Camara dos Deputados, 7 de Agosto de 1929. — Manoel Hyppolito do Rego, Deodato Wertheimer.

Até o ano de 1930, ou pouco mais, era da via marítima que se serviam os habitantes das pequenas cidades do litoral paulista que, para isso, contavam com um serviço regular de cargas e passageiros prestado pelas companhias Loide Brasileiro, Navegação Costeira e Comércio e Navegação.

Dessa data por diante, foi se tornando precário aquêlê serviço, que desapareceu por completo desde o ano de 1940, o que forçou o Estado a abertura de estradas para tôda a região litorânea e através das quais, por meio de ônibus e caminhões vem sendo feito todo o transporte de cargas e passageiros.

Topografia.

A cidade está situada à beira-mar, sôbre uma planície que se estende ao sopó da serra, quase em frente à cidade de Ilhabela, ex-Formosa, de que dista 5 quilômetros, separando-as o canal de Toque-Toque, em cujas águas se refletem suas casas e o perfil das montanhas que as cercam.

Tanto uma como outra, como disse o dr. Alexandre Cococi,

“são colocadas em posição encantadoras, mas, de aspecto nostálgico”.

“Ambas, lindamente situadas à beira do canal, se parecem, e são de fato, duas rivais que disputam a supremacia”.

Humilde, mas de aspecto agradável, a cidade de São Sebastião ainda conserva vestígios dos faustosos dias do seu passado.

Dotada de água potável e magnífica luz elétrica, possui bons prêmios, duas grandes praças e ruas geralmente espaçosas e retas.

As casas, em sua maior parte, são térreas, havendo entretanto alguns sobrados e construções de estilo colonial.

Os principais edifícios públicos são: o Paço da Câmara, Cadeia, Igreja Matriz e Capela de São Gonçalo, Prefeitura Municipal, Grupo Escolar e outros.

Serras e morros.

Como já dissemos, o território é geralmente montanhoso, pela aproximação da Serra do Mar e de seus contrafortes, entre os quais citaremos a *Serra do Dom*, morros do *Lopo*, *Barakessaba*, *Outeiro*, *Guaecá*, do *Navio*, do *Toque-Toque*, e *Toque-Toque Pequeno*.

Ilhas.

Dentre as ilhas pertencentes ao município de São Sebastião mencionaremos as seguintes:

Alcatrazes, que fica situada a 33 quilômetros ao sudoeste da Ponta da Sela e trinta e cinco quilômetros ao sul da Ponta do Saí. É um lindo rochedo, que se estende de noroeste para sudoeste, com o comprimento de 2.500 metros e com a largura média de 500 para 600 metros.

Dêste corpo principal, que tem a altitude máxima de 266 metros, sobe para o lado norte uma península da largura média de 200 metros e do comprimento de 600 metros, formando, juntamente com a ponta leste da ilha, uma pequena baía chamada — *Saco do Funil*.

A sudoeste há um ilhote separado da ilha por um canal de 400 metros de largura, e no meio dêste fica um lago grande que o divide em dois estreitos. No lado de fora, quase unido ao ilhote, fica um grupo de pequenas lages, denominado — *Lage Prêta*.

Ao noroeste, na distância de 2.800 metros, encontra-se o *Paredão* — uma ilhazinha com um diâmetro de 200 metros e uma altitude de quase 50 metros; e entre esta e Alcatrazes, na distância de 700 metros, do Pôrto dos Faroleiros, está situado um ilhote onde se acha colocado um farolete.

Cêrca de 3 1/2 quilômetros a nordeste da ponta de Alcatrazes encontra-se mais uma ilhota ou lage abaulada, — a ilha da *Sapata*, que, na Carta Marítima, tem a denominação de *East Island*. Existem também várias pequenas lages, uma ao sul do Paredão e outra a noroeste da ilha do Farol.

A área da ilha é de 1.352.000 metros quadrados e a dos ilhotes e das lages, 7.000, perfazendo a área total de 1.423.000 m².

A forma característica dos picos de Alcatrazes é a cônica, com a ponta rombuda ou arredondada. O pico Grande, o mais típico, na parte oeste da ilha, eleva-se até a altura de 266 metros.

Existe outro pico — Pequeno — com 192 m. além de outros menores, como o do Oratório, com 130 metros de altitude sobre o nível do mar.

Tôda a costa da ilha dos Alcatrazes é brava e de difícil acesso, a não ser nos Sacos do Oratório e do Funil e no pôrto dos Faroleiros.

Além do trabalho apresentado pela antiga Comissão Geográfica, existe sobre a pitoresca ilha dos Alcatrazes, interessantíssima monografia escrita pelos srs. H. Luederwaldt e J. Pinto Fonseca, publicada no vol. XIII dos *Anais do Museu Paulista*.

Ilha do Toque-Toque, fica a sudoeste da ponta do Toque-Toque, separada desta por um canal de 800 metros de largura. Tem a forma de um retângulo irregular com os lados de 500 e 950 metros em média.

O ponto culminante tem 147 metros e a área é de 455.000 metros quadrados.

É em parte, coberta de mata e desabitada.

Ilha dos Gatos, fica situada ao sul da ponta da Baleia, na distância de pouco mais de 2 quilômetros, sendo de forma alongada e medindo 500 metros quadrados.

Também desabitada, possui pouca mata.

Ilha do Monte do Trigo, das Couves e Ilha.

Além dessas, existem ainda outras menores, como as do *Apara*, do *Cambori*, *Moleques*, etc.

Pontas.

A irregularidade da costa do litoral de São Sebastião, faz com que aí se apresentem numerosas pontas, praias e enseadas, que lhe dão um aspecto encantador.

Assim, além de outras de menor importância, encontram-se, do norte para o sul, as seguintes pontas: da *Varação*, do *Camaroeiro*, do *Leandro*, *Arpoar*, *Prainha*, *Sepituba*, *Lavapés*, da *Partida*, *Ponta da Cruz*, *Ponta do Araçá*, do *Recife*, *Cabelo Gordo*, *Balieiro*, *Barakessaba*, *Gaeca*, *Taperá*, da *Varanda*, do *Saco d'Água*, da *Velha* e *Toque-Toque*.

Praias e enseadas.

A parte limítrofe com o mar apresenta belíssimas praias e enseadas, tôdas elas povoadas, destacando-se em sua extensão os seguintes bairros: *São Francisco*, *Praia do Barro*, da *Enseada* e *Quiombo*, ao norte; ao Sul, *Gaeca*, onde existe abundância de água, seguindo-se-lhe as de *Toque-Toque*, *Calhetas*, *Toque-Toque Pequeno*, *Mar Pequeno*, *Maresias*, *Boissucanga* e *Cambori*.

Portos.

O município é banhado pelas águas do Oceano, possuindo dois portos importantes, abrigados pela ilha de São Sebastião que fica defronte. São êles, o da cidade e o de São Francisco, acessíveis a navios de grande calado.

Além dêsses, entretanto, existem outros, espalhados pelo canal e pela costa, porém, somente para pequenas embarcações, a que servem de abrigo.

Rios.

E' o território sulcado por diversos rios, dos quais o mais importante é o *Juqueriquerê*, que assinala as divisas com o município de Caraguatatuba. Nasce na Serra do Mar, com o nome de *Curupaçé*, tomando depois o de *Rio Pardo* e ao lançar-se no Oceano o de *Juqueriquerê*, ao N da *Ponta do Arpoar*.

E' navegável por canoas de voga, até a distância de duas léguas.

São seus afluentes, o *Bananal*, *Rio Claro*, *Pirassununga*, *Pau d'Alho*, *Caetano* e *Ribeiro*.

Rio Itararé. Nasce no sertão denominado Mato Grosso e depois de 13 quilômetros de curso lança-se no Oceano, no bairro de São Francisco, onde toma o nome de *Perequê-mirim*.

Há ainda os seguintes: *D. Gertrudes*, que vai desaguar no fim da praia do Pontal da Cruz; dos *Outeiros*, que atravessa a cidade pela parte sul; *Rio Saí*, que serve de divisa entre os municípios de São Sebastião e Santos.

Além dêsses, existem diversos ribeiros e ribeirões de pouca importância.

Altitude.

Os pontos mais elevados do município, de acôrdo com os trabalhos executados pela Comissão Geográfica, são os seguintes:

Pedra da Boracéa	1.275 metros
Morro do Corcovado	1.260 ”
Morro do Peladinho	1.160 ”
Pouso Alto	1.140 ”
Nas ilhas:	
Ilha dos Búzios	426 metros
Ilha do Monte de Trigo	289 ”
Pico dos Alcatrazes	266 ”
Ilha da Vitória	220 ”

Distâncias.

A cidade de São Sebastião encontra-se a 230 quilômetros da Capital, via São José dos Campos e Paraibuna, estando a 8 horas de Santos, por via marítima.

Navegação.

Quem recorrer à História, verá que desde os tempos coloniais clamavam as populações do litoral da antiga capitania de São Paulo, pela abertura de estradas de penetração, fato êsse que ainda há pouco se repetia com insistência.

Para o Sul, eram as vilas de Iguape e Cananéia, desejosas de uma vereda que as pusesse em comunicação com o Planalto; a primeira reclamando o caminho para Apiaí e Itapetininga, por ser aquela vila o empório das mercadorias e produtos do vale da Ribeira, o que levava a Câmara a afirmar:

“... muitos moradores de Apiahy trazem á esta Villa varias porções de effeitos de sua lavoura e aqui vem vender, commerciendo tambem com os negociantes, levando delles algumas fazendas, sal, ferro e outros artigos, sendo isso util a huma e outra villa a continuação deste giro, tanto pelo que respeita ao Commercio como aos Dizimos”.

E Apiaí, acrescentando por sua vez:

“... hé muito util esta Communicação, por abundar esta Villa de mantimentos, e triste della se tal não houvesse”.

Cananéia, por seu turno, esforçando-se, também, pela mesma via de comunicação, insistia ainda para que se abrisse uma estrada que partindo daquele pôrto, devia dirigir-se ao Potunã, em Curitiba.

Para o norte, eram as vilas de Ubatuba e São Sebastião, para onde convergiam as produções da zona impròpriamente denominada *norte de São Paulo*, pedindo a abertura de estradas para o interior, no que foram mais felizes, porque, conjugando todos os esforços, conseguiram-nas, além de uma outra para Santos e daí para o Sul, percorrendo a costa, a qual ficou conhecida pela denominação de *estrada da marinha*.

Até então, existia apenas o transporte feito por via marítima, que era feito por embarcações à vela; e de Cananéia para o interior, o abandonado caminho para o Paraguai, a grande artéria indígena, por onde deviam ter transitado a expedição de Aleixo Garcia, a bandeira de Pero Lobo Pinheiro, o padre Leonardo Nunes e outros mais.

Devido à pequena distância que separava os portos de São Sebastião e Ubatuba dos centros produtores, grande foi o incremento dado aos mesmos, para onde ràpidamente se encaminharam as mercadorias de Serra Acima, em detrimento do pôrto de Santos, o que levou o Governador da Capitania a proibir a navegação para os demais portos, e privilegiando o de Santos, para onde, de então por diante, deviam dirigir-se tôdas as embarcações...

Antes da abertura das entradas a que nos referimos, eram os barcos de vela que faziam o transporte de cargas e passageiros, serviço regular entre êsses e os demais portos não só do norte e sul do país, como também para os portos estrangeiros.

*

Já nos tempos coloniais impunha-se a necessidade do intercâmbio comercial entre as vilas do litoral paulista e os portos das Capitánias do Sul, do que resultou o desenvolvimento das construções navais na Capitania de São Paulo, onde se fundaram numerosos estaleiros, possuindo as mesmas vilas verdadeiras frotas mercantes que percorriam tôda a costa e que pouco a pouco foram desaparecendo, depois daquela medida absurda imposta pelo Capitão General Bernardo José de Lorena, desviando as mercadorias para o pôrto de Santos.

Ainda assim, bem apreciável continuou por alguns anos o serviço exclusivamente do litoral paulista, feito pelos barcos de vela que transitavam pelo canal do Toque-Toque, até o ano de 1819, quando se operou uma verdadeira revolução nos meios de transportes marítimos pela adoção das máquinas como meio de propulsão.

Felisberto Caldeira Brant Pontes, depois marquês de Barbacena, tendo conseguido privilégio para a navegação a vapor da Bahia, mandara vir da Inglaterra uma máquina a vapor, colocando-a em casco de madeira construído no estaleiro da Preguiça. O pequeno navio fez sua primeira viagem a 4 de outubro dêsse ano (4).

Em uma carta escrita de Filadélfia a 9 de junho de 1820, por José Corrêa da Serra ao ministro Vila Nova Portugal, dizia êle:

“Já há de ter chegado um navio de vapor de New York, do qual mudaram o nome de *Swift* (rápido) no de Bragança; é uma Companhia de New York que empreendeu de lá alcançar privilégio exclusivo de navegar em alguma parte do Brasil, *estimarei que não alcance tal...*”.

Essa barca chegou de fato ao pôrto do Rio e em 1822 navegou até Santos, sendo adquirida pelo Governo.

O Decreto de 15 de novembro de 1821 suprimiu a despêsa que com ela se fazia e ordenou que a arrendassem ou vendessem.

Começou então o período das chamadas “barcas de Vapor” que, como acabamos de ver, ainda estava no berço, o que levou o Ministro do Império Antônio Pinto Chichorro da Gama, a declarar no Relatório do ano de 1834, que

“quanto a paquetes, continuavam o seu giro nas secções estabelecidas, a saber: huma de Santa Çatharina para a Côrte, outra della a Pernambuco e a terceira ao Pará”.

Devemos notar que a expressão — paquetes — não significava, como ainda hoje, “navio a vapor”, mas sim embarcações que gozavam das regalias da condução de malas postais.

Por isso, acrescentava:

“Releva aqui declarar-vos Senhores, que os nossos Paquetes, os quaes mal merecem este nome, não satisfazem as vistas da Administração nem as Publicas necessidades; hum paiz de tão extenso litoral demanda vehiculos de correspondencia mais brêve e mais certa: e isto só poderá conseguir-se por meio de Barcos de Vapor e por empreza.

(4). — Com.te Lucas Alexandre Boiteaux, *História da Marinha de Guerra Brasileira*.

“Nem se presume, que a extincção dos actuaes paquetes envolva a perda d'escolas de marinhagem; pelo contrario, commandados por officiaes da Marinha de Guerra, elles servem unicamente para relaxar a disciplina desta Corporação e fazer-lhe perder a regularidade e o character militar, que lhe deve ser inherente”.

No ano de 1835, em relatório dirigido à Assembléia, insistia o novo ministro, Joaquim Vieira da Silva e Souza, em nome do Govêrno, para que o serviço dos correios fôsse feito por meio de *barcos a vapor* e que havendo uma

“resolução a este respeito, esperava que lhe dessem todo o andamento”.

Ainda no ano seguinte, era o Ministro J. Ignacio Borges, quem afirmava

“... os Paquetes haviam sido estabelecidos para facilitar, acelerar e segurar a correspondencia com todo o litoral do Imperio. Mas, infelizmente, nenhuma destas vantagens se ha verificado”.

E acrescentava:

“todos os paquetes estão hoje carecidos e arruinados ou dependendo de reparos.

Em taes circumstancias, o Governo em accôrdo com voto desta Augusta Camara, por mais de uma vez pronunciado em estabelecer Paquetes de Vapor, acabava de ajustar huma empreza com a casa Ingleza de J. Tarrand Thomaz, que mediante as condições estipuladas se encarregará por 15 annos, da correspondencia com as Provincias do Norte, deixando de comprehender as do Sul”.

No relatório seguinte, dizia Lima Abreu, tratando da questão, que havia falta de embarcações, por se acharem muitas delas empregadas no serviço da guerra, tendo o govêrno aceitado as condições com a casa inglêsa de J. Tarrand,

“para o estabelecimento de Paquetes de Vapor”.

Como temos visto, o govêrno imperial esforçava-se em melhorar o serviço dos correios nas costas do país, esperando a formação da emprêsa de *navios a vapor*, em que se achavam interessados vários comerciantes da Côrte, como dizia Bernardo de Vasconcelos, que concluia afirmando:

“Emquanto estes não entrarem em serviço, o governo empenhará todos os esforços para que nas viagens dos actuaes se observe a desejada regularidade”.

Não havia nenhuma emprêsa, por essa ocasião, encarregada do serviço nas costas de São Paulo, já existindo, porém, “barcas de

vapor”, uma das quais, durante o ano de 1835 havia feito algumas viagens aos portos do litoral norte.

No ano de 1838, para que houvesse regularidade no serviço de cabotagem por embarcações movidas a vapor, reuniam-se algumas firmas comerciais do Rio de Janeiro, organizando a Companhia de Paquetes, para a qual no ano seguinte chegavam dois vapores, que imediatamente foram empregados no serviço pelos portos do Império, estabelecendo-se duas linhas, — a primeira para o norte e a segunda para o sul, até Pôrto Alegre.

A 29 de outubro de 1839 entrava em Paranaguá o primeiro navio a vapor, — o “São Salvador”, — que causou assombro à população local.

A seguir surgia no mesmo pôrto o paquete “Todos os Santos”, no dia 7 de fevereiro de 1840. Era uma pequena embarcação de 125 toneladas de registro, com acomodações para passageiros; porém, sòmente no ano de 1841 escalava por ali o primeiro navio de uma linha regular de transportes marítimos, o “Paquete do Sul”, que deu entrada no pôrto no dia 29 de agòsto, sendo êsse o terceiro vapor a demandar Paranaguá, que então pertencia à Província de São Paulo.

Dessa data em diante, aumentando o número de embarcações melhorou extraordinariamente o serviço de cabotagem no litoral paulista, com a presença das barcas de vapor denominadas “Voadora” e “Ipiranga”, causando sua presença um verdadeiro acontecimento.

Em 1843 entrava o “Paquete do Norte” a fazer a mesma linha, cujo serviço se prolongou por alguns anos e a 25 de julho de 1846 o vapor “Carlota” partindo do Rio de Janeiro iniciava sua primeira viagem para Paranaguá escalando em São Sebastião.

Em 1848 Manuel Cornélio dos Santos pedia privilégio para estabelecer uma linha de navegação a vapor entre o pôrto do Rio de Janeiro, Mambucaba e Ubatuba.

A 10 de março de 1851 era celebrado um novo contrato entre o Govêrno Imperial e a Companhia Brasileira de Paquetes de Vapor, prorrogando por dez anos o serviço postal, tanto para o Norte como para o Sul do Império, melhorando assim o meio de transportes marítimos.

No ano seguinte (1852) João Batista Marcelo & Cia. solici-tavam privilégio por 15 anos, para o serviço entre a Côrte e São Sebastião. Ainda no decurso dêsse mesmo ano, desejando o Govêrno Imperial facilitar as comunicações marítimas entre São Paulo e Santa Catarina, contratou com uma emprêsa a navegação a vapor da linha intermediária, dando-lhe uma subvenção de 42 contos por 24 viagens.

Eram vapores pequenos e “de mesquinha fôrça”, dando em resultado “o descrédito de semelhante navegação”, pelo que, para o ano de 1856 era aquela subvenção elevada para 80 contos de réis.

Para a mesma linha haviam entrado as barcas “Paranapitanga”, da Companhia Niterói e “Princesa Imperial” — ambas navegando entre o Rio de Janeiro e Paranaguá, com escalas pelos portos intermediários.

Porém, eram viagens incertas, feitas por barcas que se arrastavam com dificuldade, pela insuficiência de suas máquinas.

Em Relatório apresentado nesse mesmo ano (1852) à Assembléia Provincial, informava o dr. Antônio Roberto de Almeida, haverem entrado no pôrto de Santos 117 embarcações à vela e 114 a vapor, e que a navegação de cabotagem de São Sebastião, vinha sendo feita por 8 embarcações de vela com 735 toneladas, enquanto que a de Ubatuba contava com 10 a vela e 2 a vapor com 1.157 toneladas.

Além dessas, que pertenciam a negociantes de São Sebastião, Ubatuba, Iguape e Cananéia, navegavam efetivamente por êsses portos embarcações a vapor pertencentes à praça do Rio de Janeiro.

Depois disso, porém, surgiu uma crise de transportes no litoral.

A falta de embarcações e as necessidades cada vez mais prementes, a fim de serem atendidos outros portos do Império, deram em resultado a retirada dos navios da linha do litoral paulista, prejudicada ainda mais com o incêndio e naufrágio do Paquete “Conde d’Aquilla”, no pôrto de Cananéia, ocorrido a 4 de maio de 1856.

Entretanto, em 1857 recomeçou a navegação a vapor nos portos intermediários de Ubatuba, São Sebastião, Cananéia, Iguape, até Destêrro, nos têrmos da Lei Provincial de 7 de maio, de que resultara a entrada em Iguape de 29 embarcações a vapor, com 2.299 toneladas além de 24 a vela.

Em 1861 estabelecia-se uma linha de “Paquetes à vela” para São Sebastião e Caraguatatuba, sendo de notar que por essa ocasião escalavam também nos portos litorâneos os paquetes “Apa”, “Imperatriz” e “Imperador”.

E tão apreciável era ainda o movimento comercial dessa época em nosso litoral, que no ano de 1864, dizia o Presidente da Província em Relatório apresentado à Assembléia, referindo-se à estrada de Ubatuba:

“Sessenta mil animaes fazem annualmente a sua passagem por esta via de comunicação; e o movimento de exportação no mesmo tempo é avaliado em mais de um milhão de arrobas”.

No ano de 1865 estava a Companhia Intermediária em estado de falência.

A Província de São Paulo, porém,

“... pouco perdeu com o desaparecimento desta linha, porquanto, á excepção do porto de Iguape, que na realidade muito tem soffrido com tal interrupção, todos os demais portos tinham e têm navegação a vapor muito regular, que nenhum sacrificio importa ao Estado, antes pelo contrario lhe dá interesses muito reaes”.

E isso, porque Santos e São Sebastião estavam sendo servidos pelos vapores “Santa Maria” e “Paulista”, e logo que findasse a guerra entraria ainda na linha outro vapor, o “São José”, que estava fretado ao govêrno.

Por essa ocasião, pensava o govêrno imperial em restabelecer a linha intermediária, servindo-se de vapores americanos como o “Vixer”, impróprios para o serviço, pelo que se dirigia a firma Mesquita & Cia. do Rio de Janeiro, em representação de 31 de dezembro de 1867, ao presidente da Província de São Paulo, propondo-se a organizar uma linha que servindo os portos de Cananéia e Iguape, se estenderia ao de Paranaguá,

“porquanto com as communicações francas que já existem entre Santos e Rio de Janeiro, ficarão assim ligadas tres importantes provincias do Imperio”.

Caso extraordinário! O que se propunha por essa época, é precisamente o anseio de hoje, partido dos habitantes da região Sul-paulista —, a ligação daqueles portos ao de Paranaguá!

“Para que este serviço seja proveitoso, — acrescentavam — basta o emprego de um pequeno vapor ao qual se dê apenas uma subvenção capaz de fazer face ao consumo de combustivel. Assim é que se o vapor empregado fôr de um consumo de combustivel equivalente a trinta toneladas por viagem redonda, bastará que essa subvenção seja de doze contos de réis annuaes.

Se V. Ex. julgar attendiveis as idéas que acabamos de expender, é provavel que nos proponhamos a desempenhar este serviço, aproveitando para complemento da idéa a carreira regular dos nossos vapores de Santos, *Santa Maria* e *S. José*.

Se pelo contrario V. Ex. se não conformar com o nosso modo de ver, supplicamos-lhe então se digne prestar um importante serviço á navegação do porto de Iguape, mandando quanto antes balisar a barra do Icapára, cuja navegação trará em resultado grande economia de tempo e combustivel, em cada viagem redonda de qualquer vapor que tente fazer a referida navegação, ainda mesmo sem subvenção dos cofres da provincia.

Embora bastante melhorado, continuava o litoral a queixar-se do serviço prestado pelas Companhias, porque as viagens dos seus vapores, nesse tempo, nem sempre corerspondiam às necessidades públicas, o que levou o govêrno imperial, autorizado pela lei de 2 de novembro de 1870, à assinatura do contrato de 28 de setembro do mesmo ano, com a Companhia Intermediária.

Infelizmente, no ano de 1871, novas queixas, novas representações eram encaminhadas ao Govêrno da Província, pedindo a Câmara da vila de São Sebastião, para que fôsse conservado naquella linha o vapor “São Vicente” e alegando que:

“... a linha directa de vapores q. navegação entre Santos e o Rio, não presta ao lugar utilidade alguma, por que não é este porto lugar de parada e apenas conseguem os viajantes, que d'aquí se dirigem para os portos mencionados, q'os commandantes dos referidos vapores por especial favor os embarquem”.

Alegava ainda que constando da lei do orçamento para 1870-1871 uma verba ao vapor “São Vicente”, e nenhuma referência sendo feita no orçamento para o ano de 1871, sôbre o mesmo assunto, vinha por isso mesmo apelar ao Govêrno para que não privasse o referido pôrto dêsse serviço de transportes, que era o único com que contavam os sebastianenses.

Como vimos, apesar do contrato lavrado a 28 de setembro, praças importantes trataram de acautelar os seus interêsses, contra novas surpresas, como aconteceu com a de Ubatuba, que além de possuir o patacho “Triumpho da Inveja”, era ainda proprietária de mais três navios movidos a vapor como o *Duarte I*, *Emiliana* e *Piraiá*.

Pode-se afirmar, que só depois disso puderam contar com um serviço regular de transportes, mesmo porque, com a fundação da Companhia Nacional, novos e rápidos vapores por ela adquiridos foram empregados na costa paulista. Eram vapores de *roda por fora*, porém dotados de boas acomodações como o *América*, *Rio de Janeiro*, *Rio Pardo*, *Rio Branco*, *Rio Apa*, *Rio Grande*, *Rio Jaguarão*, *Rio Negro* (êste à hélice) e muitos outros, que percorrendo o litoral da Província, estendiam-se aos portos do Sul, até o Rio Grande e Pôrto Alegre, fomentando o intercâmbio comercial com as demais províncias do Império.

Com o advento da República, melhoraram ainda mais as relações entre os diferentes portos, provocadas pelo progresso da navegação nacional, sendo o litoral do Estado, servido por uma linha regular (Rio de Janeiro-Rio Grande do Sul), com navios de primeira classe, como fôsem o *Santos*, o *Pelotas*, o *Pôrto Alegre* e o *Destêrro*, todos êles com boas acomodações e velocidade superior a

doze milhas horárias, os quais, por sua vez, eram mais tarde substituídos pelo *Planeta*, *Iris* e *Satélite*.

Esse estado de coisas continuou até 1900, mais ou menos, quando a navegação pelo litoral passou então para uma fase de dúvidas e incertezas.

Ainda em 1905 por ali apareciam alguns navios da antiga frota do Loide Brasileiro, de permeio com embarcações menores, como os paquetes *Aimoré* e *Vitória*, substituídos depois pelo *Mayrinck*, *Oyapock* e *Mercedes*, — êstes últimos confortáveis e de boa velocidade, — serviço êsse de pouca duração pela concorrência que lhe moveram embarcações de outras companhias e até mesmò particulares.

Em agôsto de 1914 vinham sulcando as águas das nossas cidades marítimas, em viagens regulares, quatro vapores de Navegação Costeira, dois do Loide Espírito-Santense, dois do Loide Brasileiro e dois da Companhia Rio-São Paulo, todos êles mais ou menos rápidos e dispendo de acomodações para passageiros.

Desde os tempos coloniais até essa data, tôdas as linhas abrangiam os portos de Santa Catarina e do Rio Grande, não só como traço de união entre o Estado de São Paulo e os estados do Sul, como no interêsse das próprias emprêsas.

De 1919 em diante, nova crise de transportes se faz sentir em todo o litoral paulista e desta vez mais grave, porque com o naufrágio do “Com.te Manuel Lourenço”, antigo “Mercedes” e a retirada do serviço do velhíssimo *Garcia*, que por longos anos navegara entre os portos de Santos e Rio de Janeiro, ficaram as cidades da marinha inteiramente abandonadas, sòmente mais tarde conseguindo novos meios de transportes.

Do exposto, o que se evidencia é que o motivo da decadência da decantada região, outro não é senão que as dificuldades dos seus meios de transportes, único embaraço para o seu ressurgimento.

*

* *

INTRODUÇÃO HISTÓRICA.

A história das nossas cidades litorâneas constitui um dos mais sérios problemas, para aquêles que se dedicam a semelhantes investigações, no intuito, aliás louvável, de salvar do olvido e das traças, os raros documentos que ainda por acaso possam existir em nossos arquivos referentes ao assunto e como elementos comprobatórios não só da pujança de tão legendárias vilas, como também, do importante papel que por elas foi representado na aurora da vida da antiga Capitania de São Paulo.

A mudança da Capitania, que, criada em São Vicente, passou mais tarde para o Rio de Janeiro, depois para São Paulo, — preferindo os Capitães-Generais a mudança de suas residências para Vila Rica, em Minas — e, finalmente para São Paulo, tudo isso concorreu para que grande cópia de documentos, talvez os primordiais ao estudo de sua história, ficasse esparsa por esses lugares ou fôsem recolhidos aos arquivos de ultramar, quando não se tivessem extraviado.

Convém ainda notar que, durante longos anos, tôda a correspondência oficial era dirigida para a Praça de Santos ou encaminhada para o Vice-Rei, no Rio de Janeiro, de acôrdo com a Provisão de 2 de setembro de 1748 o que levou o Capitão-General Rodrigo César de Menezes, a officiar ao Rei de Portugal, dizendo:

“Sr. — Sendo V. Mag.e servido encarregar-me do Governo desta Capitania, sem embg.o do pouco tempo que tive p.a prevenir-me do necessario, com tudo não deixei de procurar as instrucções q. podiam ser precisas p.a o estabelecim.to deste Governo, e representando ao Secretr.o do Estado me respondeu achava tudo nesta Secretaria, e porq. os meus antecessores não faziam assistencia nesta Cid.e mas sym nas Minas Geraes (5), não descobri nella papel algum e procurando-as repetidas vezes ao Gov.or das d.as Minas se me não tem mandado, e porq. assim p.a a boa arrecadação da Real Faz.da de V. Mag. e bom regimento dos povos hera necessr.o darlhe forma, fiz o que V. Mag.e constará pellas contas que lhe dou, o que tudo obrei por me parecer conviniente ao serviço de V. Mag.e, que mandará o que for servido. D.s G.e a V. Mag.e — São Paulo (6) de Setembro de 1722. — Rodrigo Cesar de Menezes”.

Daí a grande dificuldade de elementos para a história dessas localidades, que por sua vez constituem a primeira página da história de São Paulo.

Por outro lado, o desinterêsse, a frieza, a pouca importância com que os primeiros escritores trataram de certos assuntos, tocando-os apenas pela tangente, sem outros esclarecimentos, implantaram a confusão em nosso espírito, transformando-se em uma incógnita para a qual, até hoje, não tem sido possível uma solução plausível.

Haja vista a simplicidade, a indiferença ao extremo, com que Pero Lopes de Souza, no *Diário da Navegação da Armada* de Mar-

-
- (5). — Estes antecessores foram Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, de 1709 a 1713, D. Braz Baltazar da Silveira, de 1713 a 1717 e D. Pedro de Almeida, de 1717 a 1721. Todos êles residiram em Minas Gerais e os papéis officiais estavam com êles.
- (6). — O registro destas cartas não guardou a ordem cronológica e os algarismos de algumas cartas estão ilegíveis, in Dr. Antônio de Toledo Piza, *Notas, Doc. Int.* Vol. 32, pág. 24.

tim Afonso, se refere ao encôntro do bacharel de Cananéia, como se se tratasse da coisa mais natural da vida a existência de um letrado português vivendo naquela época entre os tupis, nestas paragens da América.

Nada de assombro, nada de admiração!

Degradado ou náufrago de expedições anteriores, — êsse fato não mereceu maiores atenções de sua parte além de uma referência rápida e passageira.

Nem mesmo o seu nome ficou assinalado nas páginas do *Diário*, tal a pouca importância que sua presença entre os selvagens despertou no espírito do escritor, que não quis transmitir-nos ao menos o modo pelo qual ali fôra ter o importante personagem, que tão preponderante papel representou na aliança entre portugueses e natu-rais do país, de cuja língua era profundo conhecedor, chegando mesmo a fornecer-lhes um genro seu para intérprete.

Como se não bastassem tantas dificuldades e carência de documentos com os quais precisávamos contar para ao menos ligeiramente podermos ensaiar os primeiros passos na senda da história das cidades do litoral paulista, outros fatos não menos importantes apareceram, concorrendo enormemente para o desaparecimento de elementos que hoje se tornam necessários a um estudo mais ou menos consciencioso da vida dessas localidades outrora tão importantes e hoje como que completamente abandonadas e sitiadas entre as serranias da cordilheira marítima e a orla do mar.

De um lado, o ataque impiedoso do cupim aos papéis dos arquivos locais e a queima de numerosos livros, — queima propositalmente levada a efeito pelos corregedores e autoridades daquela época.

Por outro lado, a remessa para a Academia Real de Lisboa, por ordem do govêrno, de todos os documentos que pudessem interessar à história ou fôsem úteis à mesma, incluindo-se entre êles, talvez, os livros do Tombo, que eram o resumo dos fatos mais importantes ocorridos em tais localidades desde os seus princípios.

Além disso, como disse A. Egídio Martins, autor do *São Paulo Antigo*,

“tendo sido o Arquivo de São Paulo, então e sempre, uma dependência do Palácio dos Capitães-Generais, que nunca tiveram casa própria e várias vezes mudaram de residência, até a independência do Brasil”,

muitos desses documentos vieram a extraviar-se.

Quando, em 1748, foi suprimida a Capitania,

“os velhos livros de registros e papéis de exercícios findos ficaram alhures, porém, tudo quanto se referia a negócios em andamento, foi remetido ao Governador

da Praça de Santos ou ao Vice-Rei, no Rio de Janeiro, de modo que D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, assumindo, a 22 de julho de 1765 às rédeas do governo da Capitania, não encontrou papel algum que o guiasse sobre o serviço público, sendo que, quando êle tomou conta do governo, já os padres jesuitas tinham sido expulsos e o seu Convento foi aproveitado para servir de Palácio do Governor, reunindo então aí nos baixos, os livros e papéis antigos e esparsos, existentes nesta Capital, em Santos e no Rio de Janeiro, dando novamente aquêlê Governador e Capitão-General, comêço ao atual Arquivo Público de São Paulo”.

Hoje, como colcha de retalhos, é com um trabalho insano, quase impossível, que podemos reunir alguma coisa da documentação esparsa e concatená-la valendo-nos do pouco que ainda existe, bem como de ligeiras referências dos navegadores, informações quase sempre imprecisas, e, sobretudo, dos poucos documentos conservados em nosso Arquivo Público, para organização do presente trabalho, que, se outro mérito não possa ter, servirá ao menos de elemento aos que, mais felizes do que nós, desejarem algum dia dedicar-se ao estudo mais aprofundado dêsse litoral, que, ridicularizado e entregue à própria sorte, inegavelmente, foi o berço da civilização paulista, a sentinela avançada da colonização e da grandeza de nosso Estado, ponto primacial das históricas bandeiras que se internaram pelos ínvios sertões do Brasil.

*

* *

CONFUSÃO INTERESSANTE.

No estudo da história de uma localidade qualquer, um dos pontos essenciais, é, sem dúvida alguma, o conhecimento que devemos ter da origem de sua denominação.

Quantas vêzes, entretanto, não é a mesma solução indecifrável, motivando a mudança ou troca de um nome, por outro mais expressivo, mais claro, que realmente exprima a razão de sua procedência.

No caso de São Sebastião, por exemplo, não resta a menor dúvida, que o município e a cidade, receberam o nome de que são portadores, da — *Ilha de São Sebastião*, — que lhes fica defronte, separada apenas pelo magnífico canal do Toque-Toque.

Foi a *Ilha* de São Sebastião que recebeu tal denominação, quando a parte do continente era ainda habitada somente pelos gentios da terra.

Esse fato deu lugar à grande confusão até hoje reinante por parte dos que pouco se preocupam principalmente com os estudos

de história e geografia, julgando estar a cidade assentada na ilha do mesmo nome.

O que na verdade se deu, foi simplesmente o seguinte:

Quando por ocasião da passagem das primeiras expedições que percorreram a costa Sul do Brasil, vieram os respectivos comandantes com o calendário nas mãos, batizando os pontos mais em evidência, como — cabo Santo Agostinho, baía de São Salvador, Rio de Janeiro, etc. — à medida que por aí passavam e conforme o Santo do dia.

E' claro de ver-se que, surgindo uma dessas expedições a 20 de janeiro diante da majestosa ilha, cujos píncaros montanhosos se elevavam no espaço, — a ela, não à faixa do litoral, coube o nome de "São Sebastião", que conservou para sempre.

Talvez acontecesse que, pelas dificuldades de travessia do canal, por longos anos se conservasse a mesma desabitada, reunindo-se os primeiros povoadores na parte do Continente, junto à praia, ao abrigo dos ventos do mar.

Dessa maneira surgiu o primeiro povoado que tomou para si o nome da ilha.

Muitos anos depois, elevado à categoria de freguesia, foi incorporado à mesma jurisdição, não só grande parte do território situado no Continente, como também a ilha de São Sebastião e outras mais.

Porém, à medida que os anos se passavam, novos moradores foram reunir-se aos primeiros, aumentando o número de fogos da povoação.

Quando bem regular era já o núcleo de habitantes, não faltaram alguns que se aventurassem a atravessar o grande canal, transferindo-se para o lado oposto, isto é, para a ilha de São Sebastião, atraídos não só pela fertilidade de seu solo, magnificência do clima e riqueza de suas florestas virgens, como também pela facilidade da pesca.

Tais foram os primeiros desbravadores de suas matas, seus primeiros povoadores, aos quais, mais tarde, novos elementos se reuniram, dando origem a outro povoado, onde, o vigário Manuel Gomes Pereira Marzagão, natural da vila de São Sebastião, em fins do século XVIII fundou uma capelinha humilde, sob a invocação de Nossa Senhora da Ajuda e Bom Sucesso.

E quando em 1805 foi erecta esta nova freguesia, outro caminho não restava aos seus fundadores senão que a procura de *um novo nome* para o batismo oficial, porque, o que em verdade devia pertencer-lhe (São Sebastião) já havia sido tomado pela vila que lhe ficava defronte.

E foi assim que, situada na Ilha de São Sebastião, recebeu a nova povoação o pomposo título de — Vila Bela da Princesa, — que nada mais representava além da homenagem à pessoa de Sua Alteza Real.

Elevadas à categoria de cidades, conservaram ambas os mesmos nomes continuando a interessante confusão em que, ainda hoje, muita gente labora, julgando achar-se a cidade de São Sebastião situada na ilha do mesmo nome e imaginando Vila Bela hoje Ilha situada na ilha do mesmo nome e imaginando Vila Bela hoje Ilhabela à beira-mar, no Continente...

*

* *

ORIGEM DO VOCÁBULO.

Questão importante, é sem dúvida alguma a de saber-se a quem deve ser atribuída a ligação do nome à ilha de São Sebastião.

Não poucos foram os historiadores que trataram do assunto, havendo muitos dêles seguido falsas opiniões, repetindo o mesmo erro.

Assim, Milliet de Saint Adolphe (7) referindo-se à primeira expedição colonizadora, de 1531, diz que Martim Afonso de Souza

“explorando a costa do Brasil com o intuito de fundar em algum ponto della uma colonia, surgiu em 20 de Janeiro de 1532 no canal ou esteiro, formado por uma península pegada com o continente, e uma ilha a que elle poz o nome de São Sebastião, por isso que a Igreja solemnizava neste dia a festa d'este Santo, nome que ella conservou e transmittio ao depois á villa de São Sebastião”.

Roberto Southey (8), segue a mesma opinião, quando, referindo-se à mesma expedição, escreve:

Principiou Martim Affonso por examinar a costa algures perto do Rio de Janeiro, a que deu o nome por tel-o descoberto no primeiro dia d'aquelle mez; e proseguindo para o sul até ao Prata, foi nomeando os logares que de caminho explorava, pelos dias em que fazia as descobertas”.

Fernandes Pinheiro, que anotou o trabalho do escritor inglês, comentando o trecho acima, escreveu ainda:

(7). — Milliet de Saint Adolphe, *Diccionario Geographico do Imperio do Brasil*, pág. 628.

(8). — Roberto Southey, *História do Brasil*, pág. 61.

“Correspondem-se estes nomes por sua ordem e provavel intervallo de tempo, Rio de Janeiro, no 1.º, ilha Grande dos Magos, a 6, ilha de S. Sebastião a 20, S. Vicente a 22”.

Entretanto, em outra *nota*, parece contradizer-se, quando afirma não ter sido Martim Afonso e sim Gonçalo Coelho,

“commandante da primeira esquadilha exploradora (1501), que poz o improprio nome de Rio de Janeiro á magestosa bahia que os Tamoyos denominaram Ganabara ou Nitheroy.

Ao mesmo Gonçalo Coelho se deve attribuir a serie de denominações mencionadas pelo autor, pois é elle, Southey, quem diz que Martim Affonso ao seguir para o sul, foi nomeando os logares que de caminho explorava, pelos dias em que fazia as descobertas”.

Pizarro, em uma de suas *Notas*, livro I, página 103, chama a atenção do leitor para o Livro I, das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, no qual, desde o parágrafo 11,

“se acharam os fundamentos com que o seu A. contraria a naração de alguns Escriptores portuguezes sobre o tempo do descobrimento do Rio de Janeiro, por Martim Affonso de Sousa. Affirmam alguns que Vespucio fôra o primeiro, que em 1516 entrára no porto do Rio de Janeiro, outros que em 1519 Fernando de Magalhães e Ruy Falleyro, portuguezes no serviço de Carlos I, entraram nessa habia, a que deram o nome de Santa Luzia, por aportal-a no dia dessa santa cujo nome trocára Sousa, quando á ella chegou no dia 1.º de Janeiro de 1531.

A expurgação desse factó fica reservada ao Historiador”.

Nesse mesmo êrro incidiram vários escritores, baseados todos êles nas opiniões dos primeiros, como Daniel Pedro Müller, que afirmou haver Martim Afonso de Souza chegado

“ao 1.º de Janeiro de 1531 á barra de Nitheroy”,

João Mendes de Almeida, que positiva a data de 20 de janeiro, para chegada da esquadra afonsina, em São Sebastião, e muitos outros, como H. Ihering, que, em substancioso trabalho sôbre a Ilha de São Sebastião, repetiu o mesmo êrro (9).

Não precisamos portanto prosseguir com tais citações, para comprovarmos a existência de dúvidas que se generalizaram por longos anos.

Que não se deve attribuir a Martim Afonso de Souza a paternidade de semelhantes denominações, é coisa que fâcilmente se

(9). — *Revista do Museu Paulista*, vol. II, pág. 133.

desfaz, diante de um rápido golpe de vista pelas páginas do próprio *Diário de Pero Lopes*.

Não foi a 20 de janeiro, como afirma Milliet, que a esquadra de Martim Afonso

“surgio no canal ou esteiro” a que êle pôs “o nome de São Sebastião”.

Na mesma falta incorre Southey, quando declara haver Martim Afonso de Souza dado o nome de Rio de Janeiro à mesma baía, por ter aí aportado

“no primeiro dia d’aquelle mez”.

Fernandes Pinheiro, incorrendo na mesma falta, procurou determinar os dias e pontos em que teria aportado a esquadra do almirante português, que, segundo afirma, seriam

“Rio de Janeiro no 1.º dia, ilha Grande a 6, Ilha de São Sebastião a 20, e, finalmente, S. Vicente a 22 de Janeiro”.

Ora, não só a esquadra não deu entrada no pôrto do Rio em qualquer dia do mês de janeiro, como também, em sua derrota para os mares do Sul, não tocou em São Sebastião nem em São Vicente.

Deixando a baía de Guanabara a 1.º de agôsto de 1531, passou ao largo, diretamente para o Rio da Prata, tocando na ilha do Bom Abrigo, a 12 do referido mês e daí prosseguindo a viagem a 26 de setembro, para o Prata, de onde, ao regressar, ancorou novamente em Cananéia, de cujo pôrto zarpuu a 17 de janeiro de 1532, chegando a 22 em São Vicente e portanto sem tocar, — quer na viagem para o sul, quer em seu regresso, para o norte, — na ilha de São Sebastião.

O general Abreu e Lima, em seu *Compêndio da História do Brasil*, à página 15, também contesta os referidos historiadores, bem como a Ayres do Casal, que em sua *Corografia Brasileira*, acompanhando-os no mesmo engano, assevera haver Martim Afonso entrado no 1.º dia do ano de 1532 na baía de Santa Luzia,

“cujo nome trocara pelo de Rio de Janeiro”.

Como diz textualmente Abreu de Lima,

“não podia ser esta a causa da troca do nome, se tal troca tivesse havido, porque a entrada fôra a 30 de abril de 1531 e não como suppõe o Padre Ayres, no 1.º de Janeiro de 1532; além de que o nome de Rio de Janeiro era já conhecido, tanto que nesta occasião diz simplesmente Pero Lopes — “*Sabbado 30 de de Abril, no quarto d’alva eramos com a bocca do Rio de Janeiro* — o que se récti-

fica por elle contar ter ouvido este nome antes de lá chegar”.

Na verdade, o *Diário* de Pero Lopes exclui tôdas as dúvidas, não só com referência aos dias dos meses e pontos em que tocou a esquadra de Martim Afonso, como também sôbre o conhecimento que traziam da denominação de cada um dêles, — denominações já conhecidas e até mesmo constantes de mapas impressos muitos anos antes, como, os de Américo Vespúcio, de Ruyche e outros mais, pelas notícias das viagens, realizadas por João Dias de Solis, em 1508, por Fernão de Magalhães, 1519 e sobretudo dos primeiros navegadores, como Gonçalo Coelho, André Gonçalves, Sebastião Caboto, e o próprio Américo Vespúcio em 1502.

Do exposto, é claro de ver-se que aos primeiros navegadores se deve a aplicação do vocábulo — São Sebastião — à ilha antes conhecida entre os selvagens pelo nome de *Ciriba*.

De acôrdo com a opinião mais generalizada, pensamos ter sido, de fato, o próprio Américo Vespúcio quem primeiro aí passou, nomeando-a pelo nome do Santo do dia.

Tal corrente é também adotada por H. Handelmann, cujo importante trabalho sôbre a *História do Brasil* foi recentemente traduzido e publicado pelo Instituto Histórico Brasileiro.

Para concluir não nos furtamos ao prazer de transcrever para aqui as suas próprias palavras, quando diz que:

“tornando-se de importancia proseguir nas iniciadas explorações da costa, para isso foi organizada uma segunda frota que zarpou da fôz do Têjo, a 10 de Maio de 1501, constante de tres velas.

E' ainda incerto qual fosse o seu commandante; em todo caso o homem mais eminente nella embarcado era o cosmographo Americo Vespucci, de Florença, que, antes, na comitiva de Alonso de Hojeda (Maio de 1499 a meado de Junho de 1500) e sob a bandeira hespanhola, havia explorado as costas da Guiana e da Colombia, e que, agora a convite especial do rei, havia entrado para o serviço de Portugal.

Na altura de Cabo-Verde, toparam estas embarcações com a frôta de Cabral, de regresso das Indias; dahi rumaram para o Poente, tocando a costa brasileira nas alturas do cabo de São Roque, no dia desse santo, 16 de Agosto de 1501.

Proseguiram para o sul, ao longo da costa, e delles provavelmente procedem as denominações dos seguintes accidentes geographicos, que applicaram á proporção que os iam descobrindo, com o calendario catholico romano na mão: cabo de Sancto Agostinho, 28 de Agosto; rio São Francisco (?); cabo São Thomé, 18 de Setembro, e Rio de Janeiro, 20 de Janeiro de 1502, o porto de São Vicente, 22 de Janeiro, e finalmente a bahia de Cananéa”.

Da mesma opinião é Cândido Mendes, em suas *Notas para a História Pátria*, quando diz serem os nomes dados a certos pontos,

“resultante do estylo adoptado, isto é, mediante o almanack”.

A acrescenta:

“Assim deu-se á ilha de São Sebastião (referindo-se a expedição de Vespuccio) o nome deste santo por isso que sua descoberta fez-se a 20 de Janeiro, assim como o de *rio de São Vicente*, á embocadura formada pelas aguas que cercam a ilha do mesmo nome, onde fundou-se a villa de igual denominação, e depois a cidade de Santos, por isso que a fróta alli chegára a 22 de Janeiro de 1502”.

João Mendes, em seu *Diccionario Geographico da Provincia de São Paulo*, diz ser o referido vocábulo de origem tupi,

“como consta de um documento de 1602”,

sendo corruptela de *Ciri-bas*, apartada, separada.

“De *ciri*, apartar, separar, — *bas* (breve) para formar participio”.

Em uma carta de sesmaria concedida por Gaspar Conqueiro, loco-tenente de Pero Lopes de Souza, a Diogo de Unhate e João de Abreu, em setembro de 1608, lê-se a seguinte frase:

“que estava na dita ilha de S. Sebastião... de Ce-
reiba e ia dar em outra paragem chamada T...aque-
mirim” (10),

conforme o original que tivemos ocasião de verificar no próprio livro existente no Arquivo Público.

Segundo Hans Staden, à mesma ilha chamavam os indígenas de *Meyembipe* (11).

Convém ainda acrescentar a opinião do Dr. Teodoro Sampaio, que, como se sabe, é considerado como sendo das maiores autoridades no conhecimento da língua tupi.

Diz êle, em seu volumoso trabalho — *O Tupi na Geografia Nacional*, — ser

“*Serehyba*, corruptéla de *ciri-yba*, a arvore dos siris, porque das folhas amarellas cahidas dessa planta se nutrem os siris e carangueijos”.

Como dissemos, Hans Staden assegurou que os indígenas denominaram-na *Meyembipe*.

(10). — Sesmarias, Livro 1.º (1602-1642), pág. 22.

(11). — Varnhagem, com. à *História do Brasil* de Gabriel Soares, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, pág. 341, vol. 14.

Pois bem, entre os livros constantes da valiosa biblioteca do dr. Felix Pacheco, últimamente adquirida pelo governo de São Paulo, encontrou-se um preciosíssimo manuscrito de autor anônimo, adquirido em Londres pelo ilustre e saudoso escritor, pelo preço de cem libras.

Escrito no ano de 1622, em *Piratininga*, intitula-se *Vocabulário da língua Brasileira*. Nas suas últimas páginas assinala o autor as ilhas de São Paulo, declarando que a de São Sebastião chamava-se *Majepe*. Este nome, como vemos, parece aproximar-se muito da expressão usada por Hans Staden.

*

À história da ilha de São Sebastião está ligado o nome de Hans Staden, que incontestavelmente foi dos primeiros homens civilizados que a pisaram.

As lutas constantemente travadas em 1554 entre os tamoios, que habitavam de Iperoig (Ubatuba) para o norte e os tupiniquins, aliados dos portugueses, resultara o aprisionamento dêsse viajante alemão, em sortida levada a efeito contra os habitantes da Bertioga, onde o mesmo se achava, sendo então conduzido ao cativo, onde por longo tempo sofreu horas amargas, escapando milagrosamente de ser devorado pelos inimigos, como aconteceu com outros na mesma ocasião aprisionados.

Em nova sortida levada a efeito por êsses terríveis selvícolas contra os tupiniquins, teve êle de acompanhá-los até Bertioga, cuja viagem foi feita em muitas canoas, que vinham escalando em vários portos da costa.

Descrevendo-a diz êle:

“Quando chegamos a um dia de viagem de distância do lugar onde queriam executar o seu plano, arrancharam-se na mata, numa ilha que os portugueses chamam Meyembipe” (12).

Repete ainda o mesmo vocábulo, dizendo:

“quando sahimos do lugar onde tínhamos pernoitado, chamado Meyembipe...”.

Continuando os tamoios a derrota para o sul, surpreenderam os seus inimigos, dando-lhes combate.

Na volta — acrescenta — quando chegamos a Meyembipe era de tarde, e o sol estava entrando. Levaram então os prisioneiros cada um para sua cabana; mas a

(12). — Theodoro Sampaio, comentando a obra de H. Staden, diz: “é provavelmente Maembipe”.

muitos feridos desembarcaram e logo mataram-nos em pedaços e assaram a carne.

Entre os que assaram de noite havia dous mamelucos que eram cristãos.

Um era português, filho de um capitão que se chamava George Ferreiro, era prisioneiro de um selvagem que morava na cabana onde eu estava e cujo nome era *Parwaa*.

Ele assou Heronymus de noite, a mais ou menos um passo de distância de onde eu estava deitado” (13).

Como se vê, êsse fato ocorreu alguns anos após a fundação de São Vicente, quando não só a parte do continente fronteiro como a ilha de São Sebastião eram habitadas por tribos selvagens, sendo o viajante alemão um dos primeiros indivíduos civilizados a desembarcar nas praias da cidade de Vila Bela.

*

Pedro Taques na sua *Nobiliarquia Paulistana*, título — Gaias — dá a respeito dos navios piratas uma interessante nota a propósito de Manuel Afonso Gaia o qual, em fins do século XVI, com mais três irmãos, veio estabelecer-se na Vila de Santos.

Depois de relatar algumas façanhas e feitos heróicos dêste valoroso Capitão repelindo, por mais duma vez, os ataques dos índios e piratas contra o pôrto de Santos, termina assim:

“No anno de 1601 os mesmos hollandezes occuparam tres navios de hollandezes inimigos contra os quaes mandou D. Francisco de Souza (Governador geral do Brasil) por sua provisão datada de S. Paulo, um socorro de gente que se incorporou em Santos ao capitão de Infantaria Diogo Lopes de Castro, com moradores de Santos e S. Vicente, para irem atacar o inimigo hollandez.

“No anno de 1601 os mesmos hollandezes occuparam os mares da ilha de São Sebastião com uma grande Urca chamada “O Mundo Dourado” (Esta seria a mesma, assim chamada, que — em 1599 veiu ao pôrto de Santos, e só de direito que pagou à fazenda-real, se carregou em receita ao Almojarifado — seis contos e cento e vinte mil réis). Navegando nessa occasião um religioso beneditino com varias pessoas, em um barco, e outros em uma canoa para o Rio de Janeiro, foram todos captivos. pelos ditos inimigos.

“Acudiram os moradores de Santos e São Vicente, por ordem de D. Francisco de Souza, Governador Geral que neste anno se achava em S. Paulo, o qual mandou ao Capitão-Mór da Capitania — Gaspar Barreto, que sahiu com um corpo de mil homens e índios flexeiros, em uma — Armada de Canôas — contra o pirata, para cujo fim mandou o dito Governador Geral assistir com polvo-

(13). — Hans Staden, edição Com. do 4.º Centenário do Brasil.

ra e bala e mais necessario; ficaram victoriosas as nossas armas (Canôas) e rendida a Urca com todos os hollandezes, cujo capitão era Lourenço Brear: artilharia e mais munições de guerra e presas, que tudo se conduziu para o porto de Santos, onde por espaço de cincoenta dias ficou guardada a Urca pelos moradores...”.

“Finalmente, accrescenta ainda Pedro Taques, desde 1641 até 1655 infestaram os hollandezes as costas do Sul e porto de Santos e S. Vicente e, no decurso de quatorze annos deram de prejuizo mais de cem mil cruzados, pelos navios e fazendas que tomaram no trajecto maritimo de Santos a Rio de Janeiro”.

Estando o pirata holandês occupando a costa, nestes catorze annos, conclui o historiador genealogista, e apparecendo sôbre a barra de Santos um navio, saiu o Capitão Manuel Afonso Gaia contra o inimigo, sem mais embarcação que uma canoa — armada em guerra — e nesta facção o acompanhou seu genro Antônio Barboza Soto-Maior o qual em 1642 foi provido em Capitão da “Gente de Santos”.

Não foram essas, sòmente, as investidas praticadas contra a vila de São Sebastião pelos corsários que percorriam a costa.

Por sua situação topográfica e segurança do ancoradouro, era natural servirem-se os navegantes do canal do Toque-Toque nas viagens que faziam pelo litoral, muitas vêzes permanecendo no próprio canal não só para abastecimento de água, como também refugiando-se das tempestades.

Por isso mesmo, não raras vêzes passaram os habitantes tanto de São Sebastião como de Vila Bela, verdadeiros momentos de sobressalto, pelo contínuo apparecimento de navios misteriosos de frente das respectivas povoações.

Assim foi que nas vizinhanças do anno de 1690, deu-se uma tentativa de assalto à vila, por parte de flibusteiros franceses, piratas que então faziam grandes danos nos mares do sul do Brasil (14).

Diz o dr. Afonso d’E. Taunay, ao tratar da vida de Bartolomeu Pais nesta conjuntura tão intrépido quanto capaz, ao pai auxiliando com a maior dedicação e firmeza:

“Armados todos os homens válidos da região, esperaram resolutamente o desembarque dos franceses e estes não se atreveram a efetivar o assalto” (15).

Decorrido o período agudo da mobilização partiu Bartolomeu Pais em direção a Santos para

(14). — Afonso de Taunay, *Anais do Museu Paulista*, tomo I, pág. 425.

(15). — Patente do Capitão Bartolomeu Pais.

“pedir gente ao governador daquela Praça o que não teve efeito por falta de embarcações” (16).

“Não pudera, contudo, o corsário francês “render aos moradores de S. Sebastião”.

*

* * *

DATA DA FUNDAÇÃO.

A atual cidade de São Sebastião teve sua origem remota na doação das oitenta léguas de costa que D. João III concedeu e confrontou a Pero Lopes de Souza, doação essa, que, como diz Pedro Taques, rezava o seguinte:

“Quarenta leguas de terra começarão de dose leguas ao Sul da ilha de Cananéa, e acabarão na terra de Santa Anna, que está em altura de vinte e oito grãos e um terço, e na dita altura se porá um padrão, e se lançará uma linha, que só corra a P’oeste dez leguas, que começarão no rio Curupacé e acabarão no rio de São Vicente; e no dito rio Curupacé da banda do norte se porá um padrão: e se lançará uma linha que corra directamente a P’oeste: e as trinta leguas que fallecem começarão no rio que cerca em roda a ilha de Itamaracá...”

Dentro dessa faixa de território, teve assento a antiga Freguesia.

O rio Curupacé, na expressão do citado documento, nada mais é do que o “trecho último do rio Juqueriquerê” como diz João Menções.

Por falecimento de Pero Lopes de Souza, em 1539 succedeu-lhe na posse dessas terras sua mulher, D. Isabel de Gambôa, tutora de seu filho Martim Afonso de Souza, a qual concedeu procuração bastante ao fidalgo Antônio Rodrigues de Almeida, para que

“em virtude de uma Provisão que recebera de El-Rei, e por nisso sentir faser serviço a Deus em bem e prol da Capitania que tem em Santo Amaro de Guaibe”,

pudesse, em seu nome e no de seu filho

“dar as taes terras, aguas e sobreditas sesmarias a quem lhe aprouvesse”.

*

Como diz Pedro Taques, a Capitania de Santo Amaro apenas tinha o nome de Capitania, porque nas dez léguas de costa que contava,

(16). — Taunay, *Anais do Museu*, tomo I, pág. 425.

“não havia villa alguma que lhe servisse de capital, no tempo de Antonio Rodrigues de Almeida nem ainda depois d'elle, até o tempo da villa da ilha de São Sebastião em 1636, que é a unica que se acha em toda a dita Capitania de Santo Amaro”.

Antes de mais nada, devemos notar que há evidente engano na asserção, do conhecido historiador quando diz — *vila da ilha de São Sebastião em 1636* — como se se tratasse de Vila Bela da Princesa, que, de fato é a *vila da ilha*, quando na verdade, referia-se à vila de São Sebastião, que foi erecta nesse mesmo ano de 1636, pois que a antiga capela sob a invocação de Nossa Senhora da Ajuda e Bom Sucesso, sòmente recebeu tal predicamento, com o nome de Vila Bela da Princesa, por Portaria de 3 de setembro de 1806.

Voltemos ao assunto.

Segundo Pedro Taques, antes de Antônio Rodrigues de Almeida, servira no mesmo cargo o capitão ouvidor Jorge Ferreira, que, por sua vez, sucedia ainda a Gonçalo Afonso, por nomeação de d. Isabel de Gambôa, como tutora e administradora de seu filho, que era então Pero Lopes de Souza.

Na verdade, por morte de Pero Lopes, donatário da Capitania de Santo Amaro, passou a mesma a seu filho Martim Afonso de Souza, a elle sucedendo sua irmã d. Jerônima de Albuquerque Souza, mulher de D. Antônio de Lima.

A Jerônima de Souza, por sua morte, sucedeu sua filha, d. Isabel de Lima de Souza de Miranda, mulher de André de Albuquerque, — a última descendente, em cuja pessoa se extinguiu a família, do primeiro Pero Lopes, o donatário, como afirma o dr. Antônio de Toledo Piza.

Foi então que à ella, d. Isabel de Lima de Souza, seguiu-se o Lopo de Souza, primo da precedente, por descendência directa de Martim Afonso de Souza.

Foi Lopo de Souza, quem, por seu loco-tenente, o capitão-mor Gaspar Conqueiro, residente na vila de Santos, concedeu duas sesmarias — uma, a 20 de janeiro de 1603 e outra a 16 de junho de 1609, em que se lê o seguinte:

“Dizem Diogo de Unhate e João de Abreu, moradores na villa de Santos, que elles são moradores de 40 annos nesta capitania, casados e têm muitos filhos e netos, em especial Diogo de Unhate que tem 11 filhos, sendo 7 filhas 5 solteiras para casar, e que não tem terras para faser seus mantimentos, e por esta causa padece grandes trabalhos e necessidades, e que elles haviam ajudado a sustentar a terra e a defender dos inimigos que a ellas viñham, franceses, inglezes e hollandezes, e contra os indios rebellados, passando nas guerras muitos trabalhos

e necessidades, recebendo em seu corpo muitas flexadas e feridas de que o dito Diogo de Unhate ficára manco e aleijado do braço e mão direita, e derramára seu sangue muitas vezes sem ter tido remuneração alguma; e porque a 15 leguas desta villa de Santos, na ilha de São Sebastião, na terra firme defronte della e toda a costa até o Rio de Janeiro eram todas as terras deshabitadas e devolutas, e ainda que eram tão longe pediam para ambos dois pedaços de terras de mattos bravos que começavam defronte da ilha de São Sebastião nos arrecifes que estão juntos de uma praia que chamam Piraquimirim, que estão da banda da terra dos Iguaramimis para o Nordéste e que d'ahi vão cortando pela terra adiante ao longo do mar salgado, passando outros arrecifes que estão defronte da ilha ao longo da costa, e d'ahi iria pela mesma praia que se chama Saranambitú e por ella ao diante irá cortando até chegar ao porto das canôas que chamam Ibapitandiba, e deste porto correria direito á serra e pelo cume della iria cortando até onde começou a partir, e toda terra que houver dentro desta demarcação, aguas vertentes para o mar, entrarão nesta data.

E outro sim mais uma legua de terra de mattos, maninhos e capoeiras antigas dos gentios, que estavam devolutas, para plantações de canaveaes, algodoes e mantimentos porque esta terra firme a queriam para criações a qual terra partiria do capinsal que estava na dita ilha de São Sebastião que era... de ciryba e juá a dar em outro *Paraiquê* que chamam mirim até a enciada a que chamam dos Inglezes, e que a dita legua de terra fosse em quadra.

Despacho: — Concedo. Santos, 26 de Janeiro de 1608. — Gaspar Conqueiro, capitão mór”.

Estabelecendo-se com suas famílias nas terras que lhes foram concedidas

“na ilha de São Sebastião, na terra firme defronte della”,

ou melhor, na parte do Continente, defronte da ilha de São Sebastião, Diogo de Unhate e João de Abreu, deram princípio ao povoado, ao qual, de então por diante, outras pessoas também foram reunir-se.

Pouco a pouco, com a concessão de novas datas foi aumentando o pequenino núcleo, até que, a 16 de março de 1636, sendo regular o número de habitantes, era êle erecto em vila pelo capitão-mor e alcaide da Capitania de São Vicente, Pedro Mota Leite (36.º Capitão-mor da Capitania de São Vicente) e Provisão do Conde de Montessanto, desmembrando-se o seu território do município de Santos, a que pertencia.

*

Quanto ao nome do seu fundador, divergem vários historia-
dores, dizendo uns, como Pedro Taques Pais Leme, em sua *Ge-
nealogia Paulistana*, terem sido Francisco de Escobar Ortiz e sua
mulher d. Inês de Oliveira Cotrim; outros, como José Jacinto Ri-
beiro, citam os nomes de Diogo de Unhate e João de Abreu.

Com quem a razão?

De um auto lavrado no ano de 1636 e que se encontra, segun-
do documento oficial, à fôlhas 2 do livro do tomo existente na
Igreja local, a *povoação já era existente havia 30 anos, asserção
que é confirmada com o extrato de duas cartas de sesmarias conce-
didas em Santos pelo Capitão-mor Gaspar Conqueiro, loco-tenente
de Lopo de Souza, a 20 de janeiro de 1603 e 16 de junho de 1609.*

Essa asserção, da existência da povoação trinta anos antes
de 1630, — muitos anos, aliás, — encontra sua confirmação não
só nas referidas sesmarias concedidas pelo loco-tenente Gaspar
Conqueiro a Diogo de Unhate e João de Abreu, como em outras
mais, que tivemos ocasião de verificar no livro original por nós
encontrado no Arquivo Público, de onde se julgava ter desaparecido.

Assim é que, a fôlhas 52 dêsse valioso volume, vem registrado
o seguinte:

Traslado de uma carta de dada de terras de sesma-
ria de Diogo Rodrigues e José Adorno, que lhes deu o
Capitão Jeronymo Leitão na praia além da Bertioga, até
Toque-Toque.

Jeronymo Leitão capitão e Governador por sua Ma-
gestade desta capitania de São Vicente costa do Brasil
de que é capitão e governador Pero Lopes de Sousa
por... faço saber a quantos esta minha carta de dada
de terras virem e o conhecimento della com direito per-
tencer que a mim me enviou a dizer por sua petição Dio-
go Rodrigues e José Adorno moradores..... tempo
nesta capitania com mulheres e filhos.....
..... ou parte della da dita Iza-
bel de Gambôa..... desta capitania do senhor Pe-
ro Lopes de Souza me pedia que em nome do dito.....
..... que a elles supplicantes tem por sua car-
ta..... empossada em nome de Antonio Ro-
drigues de Almeida como capitão que era da dita dona
Izabel de Gambôa..... respeito a serem mo-
radores antigos e sustentarem a terra e terem mulheres
e filhos sua petição declarada
..... na verdade e havendo respeito dos
supplicantes e passar tudo na verdade..... a peti-
ção dos supplicantes..... capitania de muito tem-
po de terem mulheres..... e sustentar a terra
nas guerras della tudo á sua custa lhe
dou toda a terra que..... achar estar e ser des-

ta capitania que estiverem de d..... das demarcações de sua carta que tem de da..... por Antonio Rodrigues de Almeida aos supplicantes assim e da maneira que em ella se contem a qual lhe dou pelos poderes que para isso tenho do senhor Pero Lopes de Souza que estão nas camaras destas villas com as condições da sesmaria com todas as entradas e sahidas e logradouros forras de todos os tributos sómente dizimos a Deus para elles e seus herdeiros ascendentes e descendentes deste dia para todo sempre mando a todas as justiças a que o caso com direito pertencer os mettam de posse e as deixem roçar..... ditas terras e esta carta será registada..... do tombo do dito senhor para a todo o tempo constar como foram dadas.....
.....
..... registada a carta atraz.....
nesta provedoria e feitoria a folhas 128 do dito livro....
..... escrivão da provedoria e feitoria e alfandega nas capitancias de São Vicente..... de que passei a presente certidão de registo por mim feita e assignada em esta villa do porto de Santos hoje aos vinte e quatro dias do mez de Fevereiro de mil e quinhentos e oitenta e seis annos — Francisco Casado..... pagou nada fica registada esta carta de dada de terras no livro dos registos que..... o senhor Pero Lopes de Souza as folhas quarenta e tres e quarenta e quatro bem e fielmente sem cousa que duvida faça por mim escrivão das dadas por mim assignada aos vinte e sete dias do mez de Fevereiro de mil e quinhentos e oitenta e sete annos pago nada.....
A qual carta de dada de terras de sesmaria acima e atraz escripta eu Diogo de Unhate escrivão da fazenda de Sua Magestade desta capitania de São Vicente fiz aqui trasladar a requerimento de Diogo Rodrigues sem embargo de constar que já foi registada..... o livro nem o logar certo onde foi registada.....
própria carta original entreguei ao dito.....
Rodrigues e este traslado vae certo e verdadeiro e o concertei com o tabellião aqui commigo assignado em esta villa do porto de Santos aos vinte..... de mil e seiscentos.....
Registada por mim escrivão da fazenda de Sua Magestade.

Diogo de Onhate

.....
.....

.....
Antonio Rodrigues de Almeida..... Santo Amaro e da Gua..... pela senhora..... de Gambôa capitão e governadora..... por el-rei nosso Senhor mulher que..... do senhor Pero Lo-

pes de Souza..... etc. faço saber a todos os juizes e officiaes e pessoas da..... capitania que esta minha carta de dada de terras de sesmaria de hoje este dia para todo o sempre virem e o conhecimento della com direito pertencr..... por Diogo Rodrigues e José Adorno petição dizendo em ella entre..... que elles havia muitos annos que viviam na capitania..... Martin Affonso de Souza..... defendendo-as ambos com suas pessoas..... terem terras suas na capitania do dito..... por terem todas dadas se determinarem tanto..... tempo de seu logar passarem-se á dita capitania de Santo Amaro a faserem nella suas fazendas..... pediam lhes desse um pedaço de terra que está..... indo da Bertioga para a ilha de São Sebastião..... a saber de um logar que se chama Guaraty pa..... com terras de Domingos Guarracho correndo por costa até onde dizem *Itaco-Toque* que está aquem da dita ilha de São Sebastião partindo com Braz Cubas e juntamente com umas ilhas que se chamam de Bois-Sucanga que fasem a maneira de ponta no meio da dita terra etc.....

Além dessa, que divisava com o lugar denominado *Itaco-Toque* (*Toque-Toque*) em São Sebastião, e que, como vimos, lhes havia sido concedida no ano de 1586, outras existem como as de Simão Machado, 1608 onde ainda se lê:

“... lhe fizesse mercê dar-lhe um pedaço de terra que é nesta costa indo de aqui..... São Sebastião onde chamam *Ipianameima* que começa a partir do Pirai que das ilhas de Boiguassucanga estava na terra firme e iria acabar na ponta do *Toque*.....”.

Outra de Gonçalo Pedrosa, ainda no ano de 1608:

“... na terra firme de.....te da ilha de São Sebastião que está nos mattos..... lograr e aproveitar o qual pedaço de terra começará da ponta do *Toque-Toque* onde acaba..... que tem Diogo Rodrigues e Antonio Adorno que Deus tem....”.

Outras mais, como as que foram concedidas a Diogo Dias, a Diogo de Unhate, — “defronte da ilha de São Sebastião” — a Jácome Lopes, etc.

*

Do exposto, claramente se vê que, embora elevada à categoria de vila a 16 de março do ano de 1636 (17), teve a mesma

(17). — Azevedo Marques, em seus *Apontamentos Históricos da Província de São Paulo*, A. Moreira Pinto, no *Diccionario Geographico do Brasil*, J. Jacinto Ribeiro, em sua *Chronologia Paulista*, dão o dia 26 de março como data da fundação, en-

o seu princípio muitos anos antes, sendo seus primeiros povoadores aquêles que receberam sesmarias na parte não só do continente onde se acha assentado o município de São Sebastião, como também na ilha do mesmo nome, — hoje Ilhabela, mas que, naquela época fazia parte integrante do seu território e de sua jurisdição.

J. Jacinto Ribeiro declara haver manifesto engano em Pedro Taques, quando afirma que os fundadores da povoação foram Francisco de Escobar Ortiz e sua mulher d. Inês de Oliveira Cotrim, — apoiado nas sesmarias de Diogo de Unhate e João de Abreu, que, requerendo-as alegavam em suas petições — *eram tôdas as terras desabitadas, defronte da Ilha de São Sebastião*.

Entretanto, parece-nos não haver engano na afirmativa de Silva Leme quando diz terem Francisco Escobar Ortiz e sua mulher

“vindos da Capitania do Espírito Santo”,

para povoar a ilha de São Sebastião, que haviam obtido do donatário Pero Lopes de Souza,

“para si e sua nobre descendência”.

Ortiz foi senhor de dois engenhos de açúcar, os primeiros da Ilha e possuía, como diz Pedro Taques, um navio de duas cobertas, que navegava para Angola. Foi irmão de d. Antônia de Escobar, casada na Capitania do Espírito Santo com Vasco Fernandes Coutinho, filho natural do Capitão donatário da mesma Capitania, Vasco Fernandes Coutinho.

De d. Antônia de Escobar e Vasco F. Coutinho foi filho o Capitão Frederico de Melo Coutinho.

Manda a boa lógica que se admita os primórdios da povoação na *ilha* (hoje Ilhabela) e não no Continente (São Sebastião), como se deu com Cananéia, quando ali se formou o primeiro núcleo de povoadores.

E a razão disso é muito fácil de demonstrar-se.

Naquela época, tôda a faixa do território compreendida entre a serra e o mar, estava cheia de indígenas, que atacavam os intrusos que casualmente apareciam nessas paragens.

Pois Anchieta, longo tempo não permaneceu prisioneiro dos tamoiós, em Ubatuba?

Possivelmente, receiosos de um ataque por parte dos naturais do país, podiam os primeiros povoadores da região, ter procurado a ilha, como lugar mais seguro, a fim de poderem estabelecer-se.

quanto que Saint-Hilaire, Brasília Machado e outros escritores afirmam ter sido a povoação elevada à vila no dia 16 de março. Preferimos seguir a opinião destes últimos, mesmo porque nas informações prestadas pela própria Câmara, é esta a data assinalada como a verdadeira.

ac. cor.

Tendo Francisco de Escobar Ortiz recebido a ilha como doação, aí se estabeleceu, antes talvez que outros se localizassem na parte fronteira.

Dessa maneira, teria sido a ilha o primeiro lugar onde se estabeleceram tais povoadores, cuja presença nesse ponto do litoral animou os demais que, a seguir, foram estabelecer-se no continente.

O fato de ter sido a povoação da terra firme (São Sebastião) elevada à categoria de vila em 1636, enquanto que Vila Bela (na Ilha) somente fôsse erecta em 1806, isto é, 170 anos depois, não seria para se admirar, porque, sendo a ilha tóda uma possessão de Francisco de Escobar Ortiz, ninguém mais, sem o seu consentimento ali poderia ter aportado com o fim de estabelecer-se, enquanto que, da parte defronte várias pessoas se tornaram posseiros, sendo natural o aumento do núcleo de povoadores, o que teve como consequência tornar-se retardado o desenvolvimento dessa parte do litoral, ou seja, da povoação da Ilha, que era uma feitoria pertencente a um só dono — Francisco de Escobar.

Fato curioso:

Tendo ela recebido os primeiros povoadores, — mais tarde, desaparecendo o perigo do ataque dos selvagens, era São Sebastião, na terra firme, o ponto escolhido, pelos novos moradores, desenvolvendo-se mais rapidamente, mesmo por causa do perigo da travessia do canal.

*

* * *

EXPULSÃO DOS JESUÍTAS. — FUNDAÇÃO DO CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO AMPARO.

Tendo a povoação recebido o predicamento de vila a 16 de março de 1636, por Pedro da Mota Leite, como loco-tenente e procurador do Conde de Monsanto, a ela foram reunir-se novos elementos, aumentando assim o número dos seus povoadores, que nessa ocasião seria bastante regular para que pudesse merecer tal distinção.

Outro fato que naturalmente teria concorrido para isso foi o da distribuição da justiça naquelas paragens distantes, pois quer na Ilha, quer em Ubatuba, — que somente foi elevada à essa categoria em 28 de outubro de 1637, — não havia, então, qualquer autoridade para atender aos que dela precisassem recórrer.

Como diz Saint Hilaire, os seus primeiros habitantes

“applicaram-se á agricultura e fabrico de pannos de algodão, mas o interesse da metropole deo córte a esta industria e juntamente á do plantio das vinhas e olivei-

ras, por serem o vinho e o azeite os principaes objectos que os regnicolas exportavão”.

*

Ao lado dos primeiros povoadores e onde quer que houvesse um simulacro de povoação ou pequeno núcleo de habitantes, invariavelmente se encontravam os jesuítas, sempre prontos para o serviço de Deus, como Nóbrega, Anchieta e muitos outros.

Acumulando-se, porém, os dissabores dos paulistas contra os padres da Companhia, para expulsão dos mesmos do território das Capitánias de São Paulo e São Vicente, reuniram-se os procuradores das respectivas Câmaras, no dia 25 de junho de 1640, na Câmara da Vila de São Vicente, deliberando que, para êsse fim

“se tiravam um pedido nestas duas Capitánias e Villas, conforme a posse de cada hua, que seria por ora de quatro mil cruzados”,

cabendo à Câmara de São Sebastião, o pagamento da imporância de sessenta mil réis.

A referida Vila estava na capitania dos herdeiros de Pero Lopes, enquanto que as outras (São Vicente, Santos, São Paulo, Parnaíba, Cananéia, Iguape, etc.) estavam na capitania dos herdeiros de Martim Afonso.

No dia 2 de julho dêsse mesmo ano, na Casa do Concelho, em São Paulo, se abriu uma caixinha procedente de São Vicente, contendo o que ali havia sido determinado e aprovando o ato e determinação dos Procuradores, cujo documento foi lido pelo escrivão da Câmara ao povo que comparecera e a requerimento das pessoas presentes, foram todos ao Colégio da Companhia de Jesus, fazendo a notificação ao Rev. Padre Reitor Nicolau Botelho, para que dentro de 6 dias

“despejasse com os mesmos padres esta Villa e se recolhesse ao collegio do Rio de Janeiro”.

Entre as pessoas que assinaram essa petição estava João Raposo Bocarro, cuja família residia em São Sebastião, e da qual era êle membro proeminente.

À ella pertenciam João Leite da Silva Ortiz, o sertanejo illustre, companheiro e genro de Bartolomeu Bueno da Silva e irmão de Bartolomeu Pais de Abreu, genro do capitão-mor Pedro Taques de Almeida e pai do historiador Pedro Taques de Almeida Pais Leme.

Um dos mais importantes acontecimentos occorridos na vila depois de ser criada, foi sem dúvida alguma, o da fundação do Convento dos trades franciscanos, no bairro de São Sebastião, que dis-

tava 2 léguas ou 11.1 quilômetros da mesma vila, hoje cidade de São Sebastião e 5 léguas ou 27.7 quilômetros de Caraguatatuba.

Azevedo Marques, citando Frei Jaboatão, diz em seus *Apon-tamentos históricos*, que a fundação do referido convento,

“teve lugar no dia 11 de Maio de 1650, pelo commis-sario Frei Macêo de São Francisco, porém só foi conclui-do em 1659, devido aos esforços e doações do piedoso cidadão Antonio Coelho de Abreu e sua mulher d. Luiza Alves, sendo custodio Fr. Pantaleão Baptista” (18).

Entretanto, percorrendo a obra de Fr. Antônio Santa Maria Jaboatão, encontramos uma referência inteiramente diversa, como é fácil de ver-se (19) e que passamos a transcrever:

“Principio do convento de Nossa Senhora do Am-paro da Ilha de São Sebastião no Rio de Janeiro.

Na vizita que fez aos Conventos das partes do sul, e Rio de Janeiro, o Custodio Fr. Pantaleão Baptista, no an-no de 1658, vindo de volta foi ter á Ilha de São Sebastião, a requerimento dos moradores della, e satisfasendo-lhes as vontades que tinham de edificar casa aos nossos Religio-sos naquella Ilha, feita a acceitação, deixou logo alli dous Religiosos, dos quaes se não declarão os seus nomes em o cartório desta Provincia; e estes derão logo principio a hum Recolhimento com seo Oratorio, e titulo de Nos-sa Senhora do Amparo; e chegando á Bahya o sobredito Custodio, celebrou congregação no Convento de Seregy-pe do Conde a 19 de Março do seguinte anno de 1659, e nesta se confirmou a acceitação acima, mas nella se lhe não nomeou Prelado, e só se declaram que feita a tal acceitação na forma referida pelo sobredito Custodio, lhe tinha elle lá deixado Religiosos para esse effeito.

O cartorio desta Provincia fallando nesta caza, diz que o primeiro Prelado, que se lhe pôz foy Fr. Martinho da Apresentação, eleito no Capitulo do primeyro Provin-cial, Fr. Antonio dos Martyres que se seguiu ao ultimo Custodio Fr. Pantaleão Baptista, que fez esta acceitação, e que tal Prelado governou athe a congregação do sobre-dito Provincial, e nesta lhe succedeu Fr. Domingos de S. André, e hé toda a noticia que achamos desta caza, em quanto pertencente a esta nossa Provincia”.

Fr. Antônio Santa Maria Jaboatão, referindo-se a Fr. Pan-taleão Batista, diz que

“no seu tempo se aecitarão duas fundaçoens, a de Seregipe d’El-Rei, com o titulo de Bom Jesus, no anno

(18). — *Doc. Int.* Vol. 31, pág. 160, traz uma declaração do Secretário do Governo Luís Antônio de Carvalho que diz ter sido fundado por Fr. Maçêo, nessa data, nota essa (diz elle) “extraída fielmente das relações que os mesmos Regulares enviaram ao Governo”.

(19). — *Novo Orbe Seraphico*, Capitulo XIV, vol. II, pág. 589.

de 1658, e a de Nossa Senhora do Amparo, na Ilha de São Sebastião, no seguinte de 1659” (20).

Trata-se, como se vê, do mesmo convento da vila de São Sebastião, mesmo porque *na ilha* jamais existiu fundação alguma dessa natureza.

E não pode ser de outro, não só pela coincidência do nome como também da data.

A referência — ilha de São Sebastião *do Rio de Janeiro*, foi feita naturalmente pelo fato de acharem-se naquela época, a ilha de São Sebastião e a própria vila, debaixo da jurisdição dos Ouvidores do Rio de Janeiro.

Nas imediações do Rio, entre as ilhas aí existentes nenhuma delas recebeu jamais o nome de — São Sebastião.

Pelo recenseamento do ano de 1798, se vê que nesse ano o Convento de Nossa Senhora do Amparo possuía 50 braças de terras para patrimônio, doadas pelo mesmo Antônio de Abreu, 5 cabeças de gado e 24 escravos.

Entre os maços de papéis de 1777, encontramos escrito por Frei José da Madre de Deus Loreto, um ofício encapando outro documento com os dizeres seguintes:

“Relação do Estado actual deste Convento de S. Francisco da V.a de São Sebastião, fundado por Fr. Macêo de S. Francisco commissario actual dos Religiosos a 11 de Mayo de 1664”.

Religiosos que existem nelle

Sacerdotes	3
Leigos	1
Donatos	3

Possuía 24 escravos, 4 vacas e 1 touro.

Há ainda uma “relação”, sem data, parecendo ser anterior, que diz ter “sido fundado em 1654, a 30 de Janeiro, em hum sabbado, por concessão da Camara, que nesse mesmo anno existia”.

Religiosos que nelle existem:

Sacerdotes	4
Leigos	Nehū
Donatos	Nehū

Bens de raiz — Humas terras, cujas braças ignoro, as quaes comprou o Sindico deste Convento por 200\$000 das quaes se não utilisão senão para o sustento e pasto de bois que servem o mesmo convento.

(20). — *Ob. cit.*, vol. I, pág. 244.

Bens de raiz que existem para o serviço do Convento	17
Carros que conduzem o que hé necessario para o Convento	3
Casas de Romeiros	1
Senzalas para os escravos	3
Escravos para o serviço do Convento	18
Femeas	4

*

Do inventário procedido pelo juiz municipal da vila de São Sebastião, João Martins d'Val, nos bens pertencentes ao convento de São Francisco, em 31 de outubro de 1835 (Maço 3, Pasta 6, doc. 47 do Arquivo do Estado) consta uma interessante relação que, por ser longa, vai transcrita em apêndice (Documento 2).

O bairro de São Francisco, onde se encontra o convento em ruínas, está situado ao Norte da cidade de São Sebastião, na distância de uma légua, mais ou menos, ou 5,5 quilômetros, em 23° e 45' de latitude e 47° e 50' de longitude Oeste.

Diz Azevedo Marques: seus habitantes foram primitivamente índios domésticos, que se ocupavam, os homens da pesca e as mulheres do fabrico de louça de barro.

E' um dos mais populosos do município, gozando de uma situação privilegiada, debruçado como está à beira-mar, constantemente bafejado pelas auras marinhas.

*

De uma interessante memória escrita por Frei Inácio Santa Rosália Alvarenga, guardião do Convento de Nossa Senhora do Amparo, em 30 de janeiro de 1827 e enviada ao Visconde de Congonha do Campo, consta o seguinte:

1.º Fundação

“Não se acha no Archivo deste Convento o dia, mez e anno em que se lançou a primeira pedra para sua fundação: Mas revendo-se os Documentos vê-se hum com letra algum tanto consummida onde se lê, que Fr. Masseu de S. Francisco fez a petição seguinte:

Petição — Diz Frei Masseu Religioso de São Francisco, Commissario dos Religiosos de S. Francisco de toda a repartição do Sul, que elle pela authoridade que tem do Pe. Provincial desta Provincia de Santo Antonio do Brasil, e dos Pes. Differidores, quer fundar Convento na Ilha de São Sebastião, na Hermida de Nossa Senhora dos Dezamparados (hoje Amaro) E por que conforme o Concilio Tredentino he necessario licença do Ordinario, Pe-de a V. M. Conceda a dita licença, e mande della passar Provisão. E. R. M. = Despacho — Passe Provisão de licença na forma do estillo 6 de Agosto de 1658 = Segue-

se a Provisão do Licenciado Manoel de Araujo, Provisor e Vigario Geral no espirital e corporal e temporal, por Sua Magestade &.

“Esta Provisão em muitas partes não se pode ler; por isto não vai tresladada ao todo aqui, mas lê-se em parte o consentimento de se poder faser a Igreja pedida, levantar Altar, ou Altares, para celebrar os Officios Divinos, sendo os Religiosos obrigados a terem-na ornada e asseada como se costumão fazer nos mais Conventos.

Foi esta Provisão dada na Villa de Santos aos 9 dias do mez de Agosto de 1658. Foi escripta pelo Escrivão da Camara Ecclesiastica João Lopes do Lago. Tem a Provisão mais esta nota = Fica botada no Livro das Notas, que corre a folhas dezasete de que passei a presente postilla aos honze de Setembro de 1658 — o t.am Hieronimo Ferr.a de Mello. Este Documento vê-se no Archivo deste Convento coberto com N. 1.

2.º Fundadores

Foi Antonio Coelho de Abreu e sua mulher Luzia Alves por Doação que fizerão das terras, Hermida e mais necessarios para se situar o Convento que os Religiosos do Pe. S. Francisco querem faser nesta Freguezia e Districto da Villa de São Sebastião por Escriptura lavrada em 22 do mez de Março de 1658. Derão cem braças craveiras de terra com seus fundos athe aguas vertentes, e huma Hermida que tinham nellas, ordenando que o Titulo seria então de Nossa Senhora do Amparo, e por conta dos Religiosos correrião as Festas da Veneração da Virgem Santissima. Esta doação foi feita na presença do Pe. Provincial Fr. Pantaleão Baptista, Fr. Sebastião dos Martires, Custodio da Provincia, e Fr. Balthazar das Neves, pelos quaes foi acceita a Doação do modo e com encargos que estão escriptos na dita Escriptura de Doação. Está lotada no Livro das Notas desta Villa a folhas quatro, Taballião Balthazar Rodrigues da Silva (como tudo nella se contem) Esta Doação foi de novo confirmada pelos Testamentos com que fallecerão estes Fundadores.

3.º Instituição

Ser util aos habitantes administrando-lhes o pasto Espiritual, Pregando a Palavra de Deus com toda a caridade e Misericordia possível; celebrando os Officios Divinos conforme a possibilidade do Convento. A organização deste Convento he receber esmolas dos fieis conforme a Regra do Nosso Santo Padre, o Glorioso São Francisco.

4.º Fundos applicados a sua manutenção

São as simples esmollas, que prestão os fieis em conformidade da Regra do Patriarcha S. Francisco.

5.º — Resultado da sua administração

O resultado da administração deste convento he ser util o mais possível aos habitantes tanto no Temporal, como no espirital; no temporal, cedendo em beneficio tudo que o convento puder ceder; no espirital concorrendo com disvelo para o bem das almas. Emprega o resto do resultado d'uma administração, e despezas ordinarias e extraordinarias em ornatos e alfaias para a mesma Igreja. 6.º — N.º de Individuos respectivos

Dois, o actual Guardiã, o Pe. Mestre Fr. Ignacio de Santa Rosalia Alvarenga e o Presidente nomeado Fr. Joaquim das Dores.

Tem vinte e hum escravos entre cegos, velhos, moços e crianças.

Tem huma Ordem 3a. unida á Igreja, que subsiste sómente dos annuaes que pagão á mesma Ordem os Irmãos e Irmans, todos os annos, e de algumas esmollas que, por morte, os ditos Irmãos e Irmans lhes deixão.

Tem huma pobrissima Irmandade de S. Benedicto, que está estabelecida somente por devoção dos escravos, e de algumas pessoas libertas, debaixo do beneplacito do Prelado. Subsiste só de auxilio das esmollas, e annuaes, que os Irmãos pagão, com cujo donativo fazem ao Santo huma pequena Festa. —

Convento de Nossa Senhora do Amparo do Termo da Villa de S. Sebastião 30 de Janeiro de 1827.

Fr. Ign.co de S.ta Rosalia Alvarenga
Guardião (21).

*

O monumento aí chantado pelos franciscanos, ocupa soberba posição, ao alto, com a frente voltada para o Oceano imenso, como que a atestar os requintes da arte colonial e as maravilhas do século XVII.

O Convento, há muitos anos abandonado, acha-se em ruínas e como diz um escritor,

“é de lamentar-se que um edificio bem construído e memorável por sua antigüidade, seja destruído por censurável abandôno dos religiosos superiores do Rio de Janeiro”.

Veneráveis relíquias do passado, aquelas ruínas, despertam aos nossos olhos e ao nosso espirito, as mais belas páginas da história de São Paulo, clamando, do alto daquela colina majestosa, contra o indiferentismo dos homens pela conservação dos seus monumentos históricos.

(*Continua no próximo número*).

ANTÔNIO PAULINO DE ALMEIDA

do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

(21). — O documento acima encontra-se reunido ao Maço 158, sob o título — “Mappas de População de São Sebastião” — 1827. Junto ao mesmo vêm ainda outras memórias sobre a Santa Casa e Convento de Nossa Senhora do Carmo, da cidade de Santos e um mapa estatístico da produção de fumo na vila de São Sebastião.